



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: JOÃO JORGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 27 DE FEVEREIRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública da Comissão de Administração Pública do ano de 2020.

Menciono os Vereadores presentes: Fabio Riva, Alfredinho, Paulo Frange, Rodrigo Goulart.

Vamos tratar do Projeto de Lei 749/2019, de autoria do Executivo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-line.

A íntegra desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara: www.saopaulo.sp.leg.br , *link* Audiências públicas.

Convido, para compor a Mesa, representando o Executivo Municipal, a Sra. Secretária Municipal de Gestão, Malde Maria Vilas Bôas e o Secretário-Adjunto de Governo, George Hermann Rodolfo Tormin.

Obrigado a todos pela presença.

Esta é a segunda audiência. A partir de agora, a Camila receberá as inscrições. Enquanto a Mesa estiver se manifestando, os senhores, por favor, se inscrevam, a partir de então os inscritos falarão.

Peço o cuidado e a gentileza, claro, vejo que as pessoas estão em fila, peço para que não monopolizem um só sindicato ou uma associação. Vamos procurar ser o mais democrático possível para que a representatividade dos sindicatos, associações, entidades, possa ser respeitada.

Vou passar, primeiro, para a manifestação dos Secretários que representam o Governo, para uma apresentação do que eles acharem mais conveniente; depois, será a exposição dos Srs. Vereadores que poderão fazer uso da palavra antes das manifestações ou depois, conforme o Vereador desejar. Os Srs. Vereadores poderão falar depois dos Secretários, entremeados ou no final das manifestações.

Pretendemos fazer com que essa reunião tenha duração de 1h30. Se precisar passar um pouco não tem problema, mas devido a outros compromissos daqueles que vieram,

vamos tentar terminar até 12h30.

Quem vai se manifestar primeiro? (Pausa) Secretária Malde Maria, por favor.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Bom dia. Quero cumprimentar todos os Vereadores e todos os presentes.

O Governo está apresentando um projeto de reestruturação da Administração Indireta.

O conceito que baseou esse nosso projeto é uma revisão das estruturas atuais. Ao longo do tempo, as estruturas públicas vão crescendo, pela demanda, e, normalmente, a gente acaba criando estruturas duplicadas, cargos duplicados e, de vez em quando, é preciso que a gente reveja processos, estruturas, adequa as estruturas às novas funções da Administração Pública.

Então, é isto que o projeto prevê: uma revisão administrativa. É um projeto que teve uma discussão técnica muito profunda na revisão e no desenho das novas estruturas. O governo, ao longo dos últimos dois anos, fez uma reestruturação na Administração Direta com o mesmo conceito de rever processos, estruturas e cargos em duplicidade, e implementamos, o que teve um resultado bastante positivo. Agora, estamos fazendo na Administração Indireta.

O objetivo do Governo sempre é otimizar a estrutura e os recursos que, sim, são limitados; melhorar a prestação de serviço para a população, porque duplicidade, retrabalho, serviço sendo feitos em várias áreas diferentes. Isso também prejudica a prestação de serviço.

Então, eu acho que o objetivo maior é a melhoria do processo; é dar condições à Prefeitura de prestar o melhor serviço, e atrelado a isso nós temos uma redução, uma economia financeira que também é muito significativa.

Eu acho que algumas questões que precisam ficar muito bem definidas são com relação às funções. Nenhum serviço deixará de ser prestado. Não é esse o objetivo. Não tem nenhuma função que seja extinta. Ela, sim, muda de local, mas sempre com o objetivo de melhorar. Também não há nenhuma intenção de demissão de funcionários. Todos os funcionários serão absorvidos nas novas estruturas.

Então, acho que essa é uma discussão também importante porque o objetivo do projeto, em nenhum momento, é a demissão de servidores, e isso fica muito claro no projeto.

Estivemos na primeira audiência, temos conversado muito com os Vereadores e estamos nesta segunda audiência, porque o objetivo do Governo é colher todas as manifestações e sugestões de vocês e dos nossos Vereadores, e, com isso, nós vamos rever o projeto e fazer a adequação naquilo que fizer sentido.

Então, estamos aqui à disposição para tirar todas as dúvidas e ouvir os senhores na estruturação desse projeto em benefício da Administração.

A gente tem uma apresentação em *power point* muito rápida, mas eu acho que ela é importante para situar, alinhar conceitos e para ficar mais claro para que vocês não precisem fazer perguntas que já estejam na apresentação.

Vou passar para o Secretário George, que fará essa apresentação, para que, depois, a gente faça a discussão.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Secretária Malde.

Tem a palavra o Secretário George Hermann.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bom dia a todos; Presidente desta audiência, Vereador João Jorge, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores e a Mesa.

Senhores, na última audiência nós tivemos a oportunidade de fazer essa apresentação, mas como é possível que algumas pessoas hoje presentes não tenham acompanhado, nós vamos falar um pouco de forma bastante sucinta os principais pontos do projeto para que os senhores possam compreender com um pouco mais de detalhes os objetivos do projeto de lei.

- Apresentação de *slides*.
- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem, o primeiro ponto que, talvez, seja o mais relevante do projeto é a criação de uma entidade que seria a SP Regula. É uma agência reguladora.

As agências reguladoras já existem no ordenamento jurídico brasileiro desde a década de 90, quando o Governo Federal iniciou a implantação das primeiras agências: ANEL, Anatel, depois, vários Estados e Municípios também já implantaram.

São Paulo já com certo atraso está implantando a sua agência reguladora. Ela é fundamental até em função do processo de concessão de serviços públicos que está num ritmo bastante acelerado. Nós já temos alguns serviços que são objeto de concessão no Município, como é o caso da coleta de resíduos sólidos, a parte de iluminação pública, recentemente o Mercado de Santo Amaro, e diversas outras concessões em andamento, como a Zona Azul, Autódromo de Interlagos, Parques Ibirapuera e outros, ou seja, há uma série de concessões em andamento.

Hoje, essas concessões são gerenciadas por diversas Secretarias, sem uma uniformidade nos procedimentos de regulação desses serviços concedidos.

Então, a ideia da agência reguladora é exatamente colocar sob a égide de uma mesma entidade toda a parte de regulação e fiscalização desses serviços concedidos.

Nesse primeiro momento, as atividades da Amlurb, Serviço Funerário, Limpurb e Ilume seriam absorvidos pela SP Regula e, juntamente, com a parte de mercados, parques, Zona Azul, Pacaembu e todos os demais serviços que vierem a ser concedidos serão absorvidos por essa agência.

A ideia é que para esta agência virão apenas os serviços sob concessão. Os demais serviços que hoje são executados por essas entidades que não se refiram a concessões como é o caso, por exemplo, da limpeza pública, limpeza de calçadas,

permanecem na Administração Direta, nesse caso, na Secretaria das Subprefeituras.

Então, a estrutura básica da agência seria: uma diretoria colegiada, ou seja, todas as decisões dessa agência reguladora serão tomadas de forma colegiada. Isso assegura uma uniformidade dos procedimentos, uma padronização desses procedimentos, independente do serviço a ser concedido.

É uma característica importante das agências reguladoras, e, vinculado a essa diretoria colegiada, nós teremos as diversas superintendências específicas, como, por exemplo, a de resíduos sólidos, a de iluminação pública, de serviço funerário, de Zona Azul, de imóveis e equipamentos públicos: parques, terminais, Pacaembu, piscinões, elas ficarão responsáveis para regulação e pela fiscalização desses serviços concedidos.

Terá uma superintendência econômica-tarifária que ficará responsável pela análise econômica de todos os contratos, pelas revisões tarifárias, o equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, independente de qual contrato seja, ou seja, isso é relevante para se ter uma padronização, uma uniformização dos procedimentos de análises sob os aspectos econômicos, financeiros dos contratos. Isso é feito de forma seccionada, mas a partir da criação da agência, isso será concentrado em uma única unidade administrativa, que cuidará de toda a estrutura.

Hoje, essas unidades são dispersas entre as diversas Secretarias, multiplicidade de áreas administrativas dando suporte a essas atividades, com a criação da agência isso fica concentrado em uma única área administrativa.

Aqui são alguns critérios para a designação para os diretores dessa agência, de tal sorte que nós tenhamos a independência dessa agência para o exercício das suas atividades.

Aqui, como eu disse, algumas das atividades que não serão absorvidas pela agência: serviços de fiscalização de cemitérios particulares – não serão objeto de concessão – ou de limpeza pública, na parte, por exemplo, de limpeza de vias, mas elas ficarão na Secretaria das Subprefeituras que terá essa estrutura a ser estabelecida em Decreto.

Outra mudança é a criação da São Paulo Investe que vai ficar com principais competências a identificação de potencialidades econômicas para o Município e promoção de

investimentos. Essas atividades hoje estão sendo executadas por dois organismos que são a Ade Sampa e a SP Negócio que são serviços sociais autônomos. A ideia é que essas duas entidades sejam extintas e absorvidas pela SP Investe que será uma autarquia para que essas funções possam ser exercidas de forma unificada sobre uma mesma gestão.

A Fundação Paulistana também há uma proposição de extinção. As funções de qualificação profissional ficariam vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico por meio de uma Coordenadoria que será criada que vai absorver toda parte de capacitação.

Então, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, por meio dessa Coordenadoria, vai ter dois departamentos: ensino e pesquisa; qualificação profissional. A Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti fica vinculado a esse departamento de ensino e pesquisa. Como a Secretária Malde diz, estamos procurando a otimização dos serviços sem perda do que é feito hoje. Então todas essas atividades são absorvidas pela Secretaria e continuarão sendo executadas da forma como são executadas hoje.

No caso específico do Centro de Formação Cultura da Cidade Tiradentes que hoje está vinculada à Fundação Paulistana passa a se vincular à Secretaria Municipal de Cultura pela afinidade de suas atividades.

Na Fundação Theatro Municipal permanecem as funções todas sendo executadas, só que agora pela Coordenadoria de Gestão do Theatro Municipal. Todas as atividades que hoje são executadas pela Fundação Theatro Municipal passam a ser executadas diretamente pela Secretaria por meio dessa Coordenação. Quero deixar claro que quando eu digo que todas as atividades, são todas mesmo, ou seja, a escola de dança, a escola de música, os corais, todas as atividades que hoje são executadas pela Fundação Theatro Municipal passam a ser executadas por essa Coordenação de Gestão do Theatro Municipal.

Todas as funções da Autarquia Hospitalar Municipal passam a ser executadas pela Secretaria de Saúde. Aqui há uma grande economia na área meio porque você passa a ter uma única área meio cuidando de tudo e a Secretaria Municipal de Saúde passa a ser

estruturada em quatro grandes secretarias executivas: uma Secretaria de Atenção Básica Ambulatorial e Vigilância em Saúde; uma Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, talvez as principais funções da autarquia hospitalar venham para cá; uma Secretaria Executiva de Gestão Administrativa que vai cuidar de toda a parte administrativa dessas atividades; e uma Secretaria Executiva de Regulação Monitoramento e Avaliação em Parceiras que são as organizações sociais que passaram a ser controladas por essa Secretaria Executiva. Aqui, também há uma otimização das atividades que são exercidas atualmente.

Esse processo de estruturação da Secretaria de Saúde teve uma ampla discussão interna no âmbito da Secretaria. Todas essas alterações discutimos com as Secretarias e, no caso Secretaria de Saúde, por iniciativa do secretário, ampliou-se esse nível de discussão dessa nova estrutura e houve diversas oficinas, diversos workshops em que foram discutidas essas modificações.

A Autarquia Municipal de Serviço Auxiliar de Saúde foi criada em 2002, mas na verdade nunca entrou em operação, mas as suas atividades passam a ser executadas também pela Secretaria Municipal de Saúde.

A Fundação Museu de Tecnologia de São Paulo foi criada em 1970, atualmente inativo, e todo o acervo dessa Fundação hoje está lá no Museu Catavento, mas a gestão desse acervo passa a ser executada diretamente pela Secretaria Municipal de Cultura.

A SPTuris passa as suas atividades para a Secretaria Municipal de Turismo. Há uma ideia original de fazer a concessão, alienação do controle acionário da SPTuris; esta é uma alternativa de se absorver todas as pessoas, todos os servidores que atualmente estão na SPTuris pela Secretaria de Turismo. Haverá a extinção da SPTuris e a posterior alienação dos seus ativos, mas aqui como a Secretária Malde falou e eu volto a insistir - e não só para SPTuris, mas para todas essas modificações que estão sendo propostas, em nenhuma delas há a previsão de demissão de qualquer funcionário, muito pelo contrário.

Essa foi a orientação dada, desde o início, pelo Prefeito Bruno Covas: de que não houvesse demissão de qualquer funcionário. Então, tanto no caso da SPTuris como das

demais entidades, todos os servidores funcionários, celetistas ou não, que estejam executando suas atividades nas unidades ora extintas, essas pessoas serão mantidas e elas serão incorporadas as novas funções.

Como eu disse, por meio de decreto, o Executivo disporá sobre a redistribuição dos cargos de provimento efetivo e também os celetistas para as unidades que recebem as novas atividades. Por exemplo, no caso SP Regula é claro que no primeiro momento não teremos o corpo funcional da SP Regula até porque não vai ser impossível fazer concurso, por exemplo, para este ano, mas as pessoas que hoje estão fazendo esse serviço quer seja no Serviço Funerário, na Amlurb, todas essas pessoas serão absorvidas pela SP Regula e elas que iniciarão as atividades da SP Regula. A SP Regula contará com a *expertise*, com o conhecimento dessas pessoas para iniciar suas atividades.

Aqui é um resumo. Serão dez extinções, duas criações de entidade, então, teremos a redução de 22 para 14 entidades da Administração Indireta, por óbvio, isso gera um ganho de escala, uma economia para o Poder Público e essa economia está estimada.

Teremos a criação de estrutura potencial de 62 milhões de reais e uma redução potencial de 186 milhões, então isso dará uma economia anual potencial de 123 milhões de reais. Nesse processo de extinção estão contemplados os cargos em comissão e os cargos efetivos vagos. Efetivos vagos. Os efetivos ocupados, como eu disse, serão absorvidos pelas secretarias ou pelas entidades que estão sendo criadas.

De uma forma bastante rápida, bastante expedida, esse aqui é o resumo do projeto de lei que está aqui em discussão na Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Secretário George.

Temos um total de 20 inscritos. Só quero perguntar se algum Vereador quer se manifestar agora ou eu posso abrir a palavra?

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Já tivemos audiência passada que acompanhamos. Então, a exposição já não é novidade para gente. Qual é o grande problema? O grande problema é

que o Executivo costuma mandar para Câmara o famoso X-Tudo. O ideal seria separar os projetos para a gente pudesse inclusive entender melhor, inclusive os funcionários entenderem e tirarem suas dúvidas, mas é um X-Tudo e que a gente tem certa dificuldade de entender.

É bom falar que é muito estranho que o Governo mande um projeto desses praticamente no fim da gestão porque nós vamos já entrar em campanha eleitoral, o governo já está acabando. Há o discurso de você entregar o bem público ao privado para melhorar os serviços, mas não é o que acontece. Nós já tivemos concessões feitas, a dos parques já foi e é bom que vocês pesquisem para ver como está a situação dos parques – a não ser o Ibirapuera, mas os parques principalmente da região periférica ninguém está cuidando. A Secretaria do Verde não cuida, as concessões não chegaram até lá e é um verdadeiro abandono.

Semana passada eu fiz um filme em um parque e até cavalo tem lá dentro disputando as pistas com os usuários. A Ilume, quase quatro anos do governo, não tem um bico novo de iluminação pública na cidade de São Paulo e nem troca. Então, quando você fala que vai gerar economia, extingue alguns cargos – os menores, alguns cargos vagam, mas criam cargos em nível de diretoria e gerencia com salários muito maiores. É questionável essa economia que pode ser gerada nesse projeto.

O PT já se posicionou para votar em contrário, vai continuar votando contrariamente. É bom lembrar que tem de esperar o substitutivo porque esse projeto está apresentado do mesmo jeito que foi a audiência passada. O Presidente da Câmara falou para todos nós que virá um substitutivo que será diferente, inclusive já com a saída do Theatro Municipal, que foi a garantia dita já antes de votar. (Palmas).

Qual é o problema? Geralmente, eles mandam o substitutivo uns cinco minutos antes de votar o projeto. Então, vamos ter pouco tempo para estudar o substitutivo, que praticamente anula duas audiências públicas como está. Você apresenta um projeto original e tem duas audiências, mas quando chega aos cinco minutos para começar a votar o projeto, chega o substitutivo. Então, fica difícil para todos nós, até Vereadores entenderem e

analisarem. Essa é a estratégia do Governo, já faz isso de propósito para que a gente não possa ter conhecimento. Eu estou na expectativa do substitutivo.

Foi dito aqui, e como o Presidente da Câmara é um homem de palavra e sempre cumpre o que diz, ele disse que haverá um substitutivo e que o projeto não ficará como está. Então, eu estou curioso e ansioso em esperar esse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador.

Anuncio a presença do Vereador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo.

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os Vereadores, os membros do Poder Executivo Malde e George e todo o público presente.

Como Líder do PSD venho em nome da Bancada para fazer um breve relato e a nossa preocupação com dois grandes pontos dessa discussão: primeiro, sobre a questão do pessoal, principalmente como empresas como a SPTuris, a gente tem um trabalho muito próximo a essa empresa e outras empresas também que estão para ser extintas, mas a gente acredita no trabalho do Executivo que possa realmente ter a preocupação com esse pessoal.

Mas também um breve relato sobre a questão dita também pelo Líder Alfredinho do Theatro Municipal.

Em 2011, por ocasião do Centenário do Theatro Municipal, a nossa gestão, digo a nossa gestão porque foi na gestão do Prefeito Gilberto Kassab, que procurou dotar a instituição das condições de pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Foram contratadas obras de restauro do edifício, de reforma profunda no palco e a construção de um anexo que veio a ser a Praça das Artes. Culminando esse processo, a Prefeitura propôs a Câmara Municipal a criação de uma Fundação que lhe proporcionasse autonomia há muito tempo desejada.

O modelo dessa Fundação é original: gestão corporativa por meio de conselhos internos e externos com funções administrativas exercidas pelo Poder Público e as funções artísticas por organização social. Que é quem realmente entende de como se fazer.

O ano 2012, último de nossa gestão, foi empregado em corrigir a injustiça salarial que impedia a aposentadoria dos músicos e bailarinos pelo salário cheio e o ano de 2013 deveria ser o da implantação plena da Fundação.

A gestão que nos sucedeu e a última gestão também anterior a essa interrompeu as obras da Praça das Artes e se recusou a implantar a Fundação, iniciando uma campanha de descrédito do modelo sem jamais testá-la. A corrupção descoberta no Municipal nessa época nada teve a ver com o modelo da Fundação, ao contrário, foram seus mecanismos institucionais de defesa que possibilitaram o desbaratamento da quadrilha que lá se instalará.

A atual administração entrou agora com esse projeto que a gente está discutindo que propõe uma ampla reforma administrativa na Prefeitura e nela foi incluída a extinção da Fundação do Theatro Municipal, medida que, se concretizada, ameaça a integridade do patrimônio artístico da Cidade, pois reveste a conquista de 2011, que foi a de integrar os corpos artísticos, orquestras, corais, quarteto com as escolas de música e de dança que fazem um trabalho fantástico no teatro.

A Fundação confiou ao Municipal uma identidade que o fortaleceu e, se bem gerida, a promessa de emancipação do conjunto do Theatro Municipal em parceria complementar e sempre muito defendida pela atual gestão que é entre o Poder Público e a gestão privada.

Então, eu como líder do PSD e a bancada do PSD acreditamos realmente, como disse o Vereador que me antecedeu, nesse acordo que foi sugerido pelos Vereadores, pela Câmara Municipal e, como bem disse o Vereador também, já aceito e dito pelo Presidente desta Casa que realmente será a retirada da discussão sobre o Theatro Municipal deste projeto para que a gente possa discutir em uma forma específica e que seja melhor, mas seguindo um bom exemplo foi dado na gestão Gilberto Kassab na criação da Fundação do Theatro Municipal. Essa é a posição da Bancada do PSD, que é a favor da retirada da discussão do Theatro Municipal para que a gente possa realmente acreditar nessas parcerias público/privadas tão apoiada e iniciada por essa gestão.

Muito obrigado e um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador.

A primeira a falar é a Sra. Ana Rosa Costa, representante do Conselho Deliberativo Fiscalizador da Autarquia Hospitalar Municipal. O tempo para manifestação é de três minutos para cada uma das 21 inscritas.

A SRA. ANA ROSA COSTA – Bom dia a todas e a todos. É um absurdo termos que vir aqui para discutir outra vez uma reestruturação a quatro, cinco meses de governo. Sabemos que após a eleição, mesmo que seja ganha, não é garantia de que o mesmo Secretário permaneça, não é garantia de permanência das pessoas que administram hoje os espaços. Então é um absurdo fazer-se isso no apagar das luzes, e parece-me que é muito mais uma coisa eleitoreira. Infelizmente, a Cidade não comporta mais atitudes como essa.

Venho protestar como representante do Conselho Deliberativo Fiscalizador da Autarquia Hospitalar Municipal – Condefi, porque não foi esclarecido o que irá acontecer com o Conselho. Sabemos que eles estão com raiva de nós, pois rejeitamos as contas porque havia problemas e continua havendo. Então, quando começam a aparecer os problemas, extingue-se o órgão. É muito claro que vão mexer no órgão porque nós descobrimos que havia falcatrua nas contas do Sr. Edson Aparecido, da autarquia hospitalar municipal, que teve as contas rejeitadas também pelo Conselho.

O Condefi rejeitou esse projeto. O Conselho Municipal de Saúde, em sua última reunião plena, também rejeitou essa extinção da autarquia. Neste momento, não queremos que se mexa porque tiveram todo o tempo para vir discutir conosco. Agora, não discutem conosco e trazem o projeto aqui. Eles ouviram mais os gestores, foram 280 gestores. Ora, quem ganha, quem é pena paga, quem trabalha e recebe benefício vai votar contra o governo? Só se for louco ou então está querendo sair do cargo. Aí, tenha decência e peça demissão, como nós fazemos quando ocorre isso.

Então, isso é um absurdo. Para mim, isso é para levar mais dinheiro do que já estão levando. A nossa proposta é que se tire a autarquia municipal hospitalar dessa encrenca, e vamos discutir. Nós não estamos fechamos à discussão. Nós da população não queremos

saber dessa história nesse afogadilho, misturada com Ilume, com Funerária. Queremos tratar da vida, e quando se mexa na saúde, o que se provoca é morte e sequela. Então, os Vereadores que votarem a favor disso, que tenham claro que estão arriscando as vidas e a saúde e integridade física, moral e emocional da população, porque somos nós, lá na periferia – e eu sou da periferia, sou da zona Sul, não nego, sou de Pedreira e Cidade Ademar, que é lá no fim do mundo -, queremos ter respeitados o nosso direito à vida. Então, retirem a autarquia hospitalar desse projeto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Ana. Registro a presença do Vereador José Police Neto. Fique à vontade para falar, entre um e outro inscrito. Registro também a presença do Presidente da Câmara, Vereador Eduardo Tuma.

Tem a palavra o Sr. Raimundo Pedro, representante do Conselho de Empregados da SPTuris.

O SR. RAIMUNDO PEDRO – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Raimundo Pedro, sou do Conselho de Representação dos Empregados da SPTuris. Represento 350 funcionários concursados. Cumprimento os membros da Mesa, na pessoa do Vereador João Jorge; também cumprimento os colegas que estão na SPTuris, que estão trabalhando para que haja o Carnaval. (Palmas) Eles estão trabalhando para a realização do desfile das escolas campeãs da cidade de São Paulo. Então, fica o abraço aos colegas.

Na última audiência pública, no dia 11 de fevereiro, vários questionamentos foram trazidos pelos funcionários e também por muitos munícipes, mas ficou muito aberta a questão dos funcionários da empresa da São Paulo Turismo. Na verdade, o que queremos não é só o compromisso aqui, a fala dos Secretários e dos Srs. Vereadores; queremos um substitutivo do Governo que realmente garanta a transferência dos funcionários para a Administração Direta ou Indireta. Entendemos vocês, mas os funcionários estão preocupados. Não dá para ficarmos apenas conversando. O que queremos realmente é um substitutivo do Governo que nos garanta a transferência.

Esse substitutivo vai vir com a garantia da transferência de todos os 350

trabalhadores e trabalhadoras da São Paulo Turismo? Essa é minha primeira pergunta.

Queria avisar aos Srs. Vereadores que temos inquérito civil no Ministério Público do Trabalho que trata de demissão em massa, cujo número é 003738.2018.02.0017. Os funcionários estão muito preocupados após o Carnaval. Mesmo com o compromisso dos senhores dizendo que não vai haver demissão dos funcionários, pedimos, sim, aos Srs. Vereadores que sempre tiveram o cuidado com os funcionários que, após o período do Carnaval, que intensifiquem essa atenção aos trabalhadores e trabalhadoras do Anhembi.

Quero também fazer uma pergunta para deixar registrado. Após o Carnaval, haverá demissão na São Paulo Turismo? Eu queria a garantia do Governo. Vai ter demissão após o Carnaval? Os funcionários estão realmente preocupados.

Também temos um inquérito civil no Ministério Público do Patrimônio Social. É o IC 140482000442/2018, que trata de mais de 30 mil metros quadrados de terras retiradas do Município e incorporadas à SPTuris. No início, a empresa SPTuris, junto com o Município, começou um trabalho de fazer a retificação dessas matrículas. Eles pararam, não estão fazendo mais esse trabalho, e queremos saber...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, o seu tempo está esgotado. Obrigado. São três minutos cada um. Próximo a falar, Sérgio Antiqueira, do Sindisep. Por favor, próximo.

O SR. RAIMUNDO PEDRO – Não, não terminei, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Próximo. Desculpe, três minutos cada um.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sérgio Antiqueira, Sindisep.

- Manifestações e tumulto no recinto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sérgio.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA - É tanto cerceamento para a gente que está aqui não falar. A população nem sabe do que está se passando.

Bom dia a todas e a todos. Mais uma vez, é mais do mesmo: não há números

apresentados. Os números são vagos, pode ser que se reduza. Na verdade, é um grande projeto para empurrar trabalhadores para debaixo do tapete e abrir para a terceirização, porque ali não tem controle de dinheiro público.

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – É isso. Inclusive na audiência pública passada falaram o que está escrito dentro do projeto, que é mais uma abertura para privatização, para terceirização. Trata-se de pegar o dinheiro público e colocá-lo no setor privado, sem controle. Esse é o objetivo, é esse o projeto do Governo.

A Secretária Malde colocou qual era a sugestão. A sugestão é que se retire o projeto para se conversar com a população num ano eleitoral. Isso não é bom? Eu não acho que seja um projeto eleitoreiro. Se fosse, se daria ampla divulgação. Ele está escondido, com esta audiência pública sendo realizada na boca do Carnaval, na saída do Carnaval. Isso é para não haver debate, é para a população não ter acesso à informação. Se o Bruno Covas quer debater, retire esse projeto e faça o debate com a população neste ano eleitoral para tentar aprová-lo!

- Manifestações e palmas no recinto.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Submeta ao escrutínio da população! Explique para a população quanto vai se economizar com saúde gastando com O.S. Pergunte à população se ela está sendo bem atendida lá na ponta. Pergunte à população para ver o que ela vai responder. Pergunte à população o quanto vai melhorar o Serviço Funerário se ele for entregue ao setor privado. Explica para a população! É tão bom o privado – que visa a morte como lucro - que eles não querem ganhar dinheiro sobre as nossas costas, não é? Não é isso que eles querem, não é?

Então, isso tudo é balela. Essa é uma discussão que não apresenta nada, não tem números, não tem estudos. Eles fizeram a mesma coisa com o SAMU. Apresentaram um projeto de reestruturação do SAMU, e nele estava dito que seria para melhorar o tempo de atendimento. Onde houve melhora do tempo? Onde? Na verdade, era para terceirizar, pois o

SAMU está em processo de terceirização também. É mais uma balela desse governo, que, de tempos em tempos, a cada três meses, aparece com uma proposta nova de como tirar dinheiro do setor público, da população de São Paulo, para entregar para o setor privado e varrer os trabalhadores para debaixo do tapete. Esse é o projeto de vocês.

- Manifestações e aplausos no recinto.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Querem discutir? Ouviram a nós? Não há nada no projeto que responda ao que foi falado na última audiência pública. Então, querem nos ouvir? Querem ouvir de verdade a população? Ponham para debate eleitoral, neste ano, para ver se se reelegem com um projeto desse! Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Sérgio. Vou abrir para o Vereador José Police Neto, que pediu a palavra. Em seguida, falará Angélica Quirino, da Escola de Dança.

Registro a presença do Vereador Antonio Donato, do PT.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu tive a oportunidade de participar da primeira audiência pública e, naquela ocasião, preferi não me manifestar, não fazer uso da palavra. Pedi algumas explicações do Executivo na certeza de que o conjunto dos trabalhadores que em peso estiveram naquela reunião tinham muito mais a contribuir do que, naquele momento, a minha contribuição.

Durante o intervalo daquela audiência pública para esta, tive a oportunidade de conversar com diversos profissionais que atuam nas nossas empresas municipais e vou abordar objetivamente a questão da reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, naquilo que de fato continuam a ser as empresas.

Vejo que o projeto não traz nenhuma inovação quanto à autonomia administrativa e financeira dessas empresas que continuaram públicas. E pergunto: ainda há espaço para esse debate? Existe o desejo de modernização das empresas que continuam e continuarão existindo, porque não fazem parte do projeto. A reforma administrativa apresentada, se pretende de fato modernizar, tem que apresentar o grau de modernização que será produzido

para as empresas da Administração Indireta.

Mais do que isso: imagina-se que os seus dirigentes – portanto os diretores da sua direção executiva – passarão a ter mandatos. Porque temos empresas que chegaram ao quinto, ao sexto diretor-presidente no intervalo de 2 anos, 2 anos e pouco. Portanto, é impossível uma empresa performar se tivermos 5, 6 presidentes ou 2 a 3 presidentes ao ano. É possível um debate maduro, responsável, de entregar a essas empresas: autonomia financeira, autonomia administrativa e mandato. Podemos até pensar em uma forma de recall. Mas, se você chama um profissional para assumir a empresa “x”, a empresa “y”, e ele se põe à disposição para isso, sem dúvida nenhuma precisa se entregar a ele um mandato temporal que permita a gestão completa daquela empresa.

Portanto, de fato, ter gestão.

Se imagina trazer elementos fundamentais de governança como quarentena para esses profissionais que aceitam assumir a presidência e essas diretorias executivas. Se imaginou, em algum momento, realizar a sabatina desses profissionais aqui na Câmara, como historicamente já se teve, num certo momento foi retirado, até para a gente conseguir enxergar, além do currículo, de fato, a capacidade que esse profissional de TI que vai assumir um posto na Prodam ou de competência na área de trânsito, transporte e mobilidade, para assumir na SPTrans, para assumir na CET.

Portanto é o desejo da Administração quando apresenta um projeto, de fato, produzir as regras e o arcabouço legal para que se tenha gestão dentro das empresas públicas municipais.

Por último, algo que pode tornar menos atrativa a negociação política que sempre é necessária, mas reduzir essa atração das empresas públicas para isso. O percentual máximo de cargos de livre provimento contra os cargos efetivos dentro dessas empresas, porque aí você vai diminuindo a possibilidade negocial e vai dando elementos centrais para que, de fato, a gestão da tecnologia e da mobilidade da Cidade se deem por competência e não por arranjos. (Palmas)

Aqui faço um esforço, porque todo debate que a gente trouxe até aqui é muito do que eu vou deixar de ter. Então nós vamos extinguir isso, vamos extinguir aquilo, vamos acabar com esse volume de casos. O que eu acho importante repensar o tamanho da estrutura para repensar a resposta que quer ser dada.

Mas se a gente vai fazer uma reforma administrativa é preciso pensar qual a nova orientação que se dará para as empresas que continuarão. Eu não consigo enxergar em nenhum ponto da reforma administrativa o que está se imaginando para as empresas que continuarão.

Eu não consigo enxergar qual a modernização que a CET vai ter, a que a gente vai realizar na SPTrans, portanto, para, de fato, a Cidade se apresentar, reformando as suas estruturas, em especial aquelas que foram apresentadas no passado como as mais leves, flexíveis e ágeis, porém hoje não são mais. Porque na realidade é um pouco desse desafio que a gente tem.

Há 20-25 anos o que se imaginava é que as empresas teriam mais flexibilidade, conseguiriam contratar, ser mais rápidas. Hoje, a gente não consegue mais enxergar isso. É só olhar a CET que continua carregando um passivo de 5.500 semáforos que não dialogam com nada. Portanto, alguma coisa não está dando certo na CET.

Estou aqui há 15 anos, sempre escutei dos prefeitos falarem que vão conseguir tornar inteligentes os semáforos. Passaram quatro prefeitos, nenhum desses quatro conseguiu. Portanto, não é a falta do desejo dos prefeitos tornarem os semáforos inteligentes, talvez seja a inteligência que está sendo permitida a essas diretorias e, aí sim, tornar os semáforos inteligentes.

A mesma coisa o sistema de controle e fiscalização dos novos contratos, recentemente assinados pela SPTrans. Eles têm lá um marco muito importante. Hoje, se remunera por qualidade. Então a qualidade do serviço é elemento central da remuneração. A gente não tem nenhum controle sobre isso. Não há ninguém na SPTrans que venha controlando a qualidade do serviço que é prestado para, de fato, poder remunerar, conforme a

qualidade, peça contratual, elemento do contrato.

Então quero aqui trazer esses cinco pontos que acho fundamentais para que a gente possa, de fato, fazer reforma administrativa, autonomia administrativa-financeira das empresas, mandato de diretoria com até a possibilidade do *recall*, a quarentena para esses diretores que assumem, exatamente para ter a responsabilidade com o trato daquilo que é público, a sabatina desses que venham a ser a diretoria executiva, aqui pela Câmara. Podemos pensar, em alguns casos, até em aprovação pela Câmara e esse percentual máximo de livre provimento na relação com os efetivos, porque isso eu acho que dá um ganho do ponto de vista da governança e, sem dúvida nenhuma, melhora o ambiente de gestão nas empresas.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Police Neto. Lembrando que, ao final das falas, tanto dos inscritos quanto dos Vereadores, os Secretários Malde e George voltam às suas manifestações finais, respondendo aos questionamentos.

Angélica Quirino, da Escola de Dança, do Theatro Municipal, por favor.

A SRA. ANGÉLICA QUIRINO - Bom dia. Embora já esteja certo o acordo da retirada da Fundação, do PL 749, que foi uma coisa que eu não vi. Foi acordado, mas ela está lá, apareceu. Então precisamos fazer um novo acordo? Não sei.

A nossa preocupação em estar aqui hoje se prende ao que seria extinção desse PL, que é um projeto apresentado pela Secretaria Municipal de Cultura, que divide a administração do Complexo Theatro Municipal, Escola de Dança e Música, e seus corpos estáveis, entre três OSs diferentes, que atualmente está sob consulta pública.

Vamos nos ater à Escola de Dança. O projeto atinge diretamente alunos de oito a 18 anos, do curso de formação, além de jovens e adultos dos cursos livres.

Vou focar na formação apenas para não me estender.

A proposta desse projeto é excludente e discriminatória. Vou explicar por quê. O custo de formação vai ter suas vagas cortadas das atuais 540 para 240 vagas, distribuídas em seis anos de curso. Atualmente são nove anos.

O curso será para crianças de 11 a 16 anos. Essas crianças passarão por um processo seletivo, ou seja, crianças com condições financeiras de pagar aulas particulares até essa idade e se prepararem de ter chances para entrar. As crianças que não podem pagar não estarão aptas a disputar as vagas? Não me venham com conversa de que para esse preparo há fábricas de cultura e CEUs, porque ambos estão sucateados, há tempos. (Palmas)

As crianças com menos idade, que estão na escola, vão receber uma formação de três horas semanais, que não será de balé clássico, seguirão inaptos a disputar as vagas aos 11 anos. Ao fim do curso de formação, haverá balé jovem que seria uma continuidade do trabalho. Mas lá só haverá 20 vagas, das quais, apenas oito serão destinadas aos alunos da Escola.

O projeto não deixa claro como será a entrada dos demais concorrentes para completar as vagas do balé jovem. Ou seja, a Escola hoje tem mais ou menos 150 crianças de oito e 10 anos, desses, apenas 60, ficarão no curso preparatório de três horas semanais. Depois, irão disputar por 40 vagas com crianças preparadas em escolas particulares fora da Escola de Dança, ou seja, uma parte das crianças será cortada no segundo momento.

Ao final dos seis anos de formação apenas oito das vagas serão destinadas aos alunos da Escola para dar sequência ao trabalho de formação. Nesses últimos dois anos serão oferecidas bolsas auxílios para alunos, mas apenas oito deles terão esse direito.

Lembrando que poderão ocorrer audições durante todos os anos, quando crianças de fora podem entrar diminuindo ainda mais as chances daquelas que seguem na formação da Escola. Isso é exclusão.

Esse projeto deixa as crianças sem condições financeiras afastadas cada vez mais das possibilidades de ter a formação necessária para poder crescer profissionalmente e levar cultura para as suas comunidades.

Nós não concordamos com a visão da Secretaria da Cultura que a Escola não é creche. Se alguns pais deixam seus filhos na Escola para trabalhar é sinal que acreditam na qualidade de ensino e no aprendizado voltado à Cultura.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, concluindo.

- Manifestação do público.

A SRA. ANGÉLICA QUIRINO - Falta um parágrafo, por favor.

Ainda que essa criança não tenha cultura ela pode multiplicar e as boas práticas na sua comunidade.

Esse projeto excludente e discriminatório dá oportunidade para quem já tem oportunidade.

O projeto não é claro com relação à parcela dos orçamentos reservados para contingência aos serviços que serão prestados por essas OSs. Além disso, há coisas não discutidas que, como já foi dito, é um cheque em branco para o Executivo fazer o que quiser.

A Escola fica do jeito que está. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – A próxima inscrita é a Sra. Nilma Pina, também da Escola de Dança, por favor.

Eu acho desagradável ficar interrompendo. A pessoa tem uma linha de raciocínio, eu também gosto de concluir, mas a gente tem um tempo, por favor. Peço respeito.

A SRA. NILMA PINA - Bom dia. Logo quando cheguei ao Brasil, passeando pelo Centro com meus filhos, passamos em frente ao Theatro Municipal. Minha menina ficou deslumbrada e me perguntou o que era. Eu expliquei. Ela me disse: “Um dia eu posso dançar aí, mamãe?”. (Pausa)

Como mãe eu disse: “Claro!”. Mas eu não acreditava nessa possibilidade.

Nosso caminho acabou nos levando a ele. Hoje, já tendo conquistado o primeiro sonho de dançar no Theatro Municipal, ela almeja outro, pois assim é a vida. Ela sonha em ser a primeira bailarina do Theatro Municipal e o menino, por sua vez, diz que irá conhecer o mundo dançando. Lá é a segunda casa deles. Fazem por amor, dedicam cada minuto a isso. Eles têm orgulho de fazer parte do Theatro Municipal.

Como mãe, me aflige a insegurança de perder a grandiosidade que temos hoje,

uma estrutura magnífica, formação adequada e profissionais gabaritados.

Aí eu me pergunto, dentro de tudo isso, como conseguirei dar continuidade para a realização dos sonhos dos meus filhos?

Gratidão por me ouvirem. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – A próxima inscrita é a Sra. Lourdes Estevam de Araújo, Sindsep, Conselho Municipal.

Lembrando aos Srs. Vereadores que ainda não falaram que a qualquer momento podem se manifestar.

A SRA. LOURDES ESTEVAM DE ARAÚJO - Bom dia a todos e a todas.

Mais uma vez, nós estamos aqui para dizer que somos contra esse projeto. Temos várias razões para isso. A primeira delas é que está no final de Governo, portanto um projeto dessa envergadura não passa a toque de caixa, sem discutir com a população e com os trabalhadores.

- Manifestação do público.

A SRA. LOURDES ESTEVAM DE ARAÚJO - Nós estivemos aqui no dia 11, em audiência, no dia 15 tivemos um pleno do Conselho Municipal que, mais uma vez, por unanimidade, foi contra o projeto que se refere sobre questão da autarquia. (Palmas)

Mais uma vez, pergunto para a Secretária. Gente! Nós temos controle social no SUS. Ele faz parte desse sistema. Como é que o Governo quer passar um projeto onde o Condefi e o Conselho Municipal foram contra. Qual é a legitimidade que se tem de passar esse projeto?

Além disso, quando a gente é contra um projeto dentro da autarquia nós temos razões.

A primeira razão é que o Governo não está falando a verdade. Ele está afirmando que não vai terceirizar. Só que os hospitais já estão sendo visitados pelas organizações sociais. Já estão sendo implementados em alguns setores por organização social. Como é que

ele fala que não vai terceirizar se já está terceirizando?

A segunda questão: na nossa experiência a terceirização em hospitais não dá certo. Já são organização social os hospitais que temos no Estado, são portas fechadas. Quando dá meia noite o SAMU começa a receber as ligações para não ir para esses hospitais, mas sim para os hospitais municipais, porque é onde há neurocirurgião, ortopedia para casos mais complexos. Então não funciona.

A OS quer dinheiro. Nós temos saúde como direito. Saúde é direito do povo, é direito humano. (Palmas) Não podemos entregar.

Retirem esse projeto e o coloquem em discussão na próxima gestão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O próximo inscrito é o Sr. João Batista Gomes, da CUT.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES - Bom dia aos colegas da Prefeitura, Srs. Vereadores. Vejam só, na outra audiência, nos três minutos que me foram dados, eu desenvolvi um pouco o que é esse projeto.

O Vereador Police não está mais aqui, mas eu perguntava na outra audiência como pode a Comissão de Constituição e Justiça dar um parecer favorável num projeto que mistura empresa pública, fundações, autarquias e transfere dezenas ou centenas de cargos de uma autarquia para outra, libera os cargos de livre provimento mais ainda para pessoas contratadas pelo Prefeito.

Não tem resposta. É evidente que a decisão é eminentemente política. É decisão de desestruturação da administração pública. É disso que se trata.

O Secretário vem aqui trazendo uma informação, que na outra vez ele não tinha dado, agora ele trouxe, vou questionar de novo.

O Secretário disse que vão gastar com as duas agências reguladoras 62 milhões de reais. Eu duvido desses números, secretários. Eu duvido.

Gostaria que o senhor fizesse uma conta simples dos 400 analistas que serão contratados pela SP Regula. Uma conta rápida de quanto custam 400 analistas. Só a folha de

pagamento de 13 meses, sem os encargos sociais, 44 milhões de reais.

Todos sabem que o custo de uma folha de pagamento, não só os salários, mas os encargos sociais custam, pelo menos, mais 70%. Então aqueles 142 milhões que ele disse que vai economizar com a extinção das autarquias, aí esconde dizendo que vai gastar 62 milhões com as duas agências reguladoras, que eu digo, não é verdade. Faço uma conta simples: 400 vezes o salário dos analistas, vezes 13 meses: 44 milhões de reais.

Alguma coisa está errada. Eu pediria para o senhor refazer essas contas.

Aí, Vereador João Jorge, a Comissão de Finanças deveria fazer essa conta também.

Esse é o problema. A Comissão de Justiça dá um parecer político; a de Finanças olha as planilhas, mas não faz conta; a Comissão de Administração olha a situação e bola para frente. Eu diria que mais uma audiência pública está sendo realizada pró-forma para que os Vereadores, a partir de hoje, ou da semana que vem, votem esse projeto sem que o povo de São Paulo saiba o que está sendo votado. (Palmas)

Depois o Manoel vai desenvolver sobre o Serviço Funerário, que foi uma ampla discussão aqui. O Vereador João Jorge era Secretário, quando se discutiu a concessão do Serviço Funerário.

No Serviço Funerário puseram dois temas dentro do projeto: os transportes e o Serviço Funerário. Depois descobriram que não podiam por. Eu repito, por que põem 10 extinções de autarquia, fundação e empresas dentro do mesmo projeto. São de natureza diferentes, Vereador João Jorge. Então, essa é uma grande questão.

E, no caso do serviço funerário, não teve nenhuma audiência pública. Depois que foi votado, foi realizada uma audiência pública, depois que o leite já estava derramado.

Então, Srs. Vereadores, Sr. Presidente, o Secretário disse que a SP Regula e a SP Investe não vão ter estrutura no próximo período que vão ser os próximos servidores. Eu pergunto o seguinte: se por derradeiro, esse governo não conseguir fazer a sucessão, e o próximo governo opta por outro tipo de Administração Indireta ou Direta, quem é que vai

controlar esses contratos? Ninguém? Vai ser a farra do boi, ou seja, essas empresas vão pegar o dinheiro público e meter no bolso do jeito que eles querem? (Palmas) É isso?

É o mínimo que eu posso esperar hoje é que se retire esse projeto da Câmara.

(Palmas)

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – A próxima é a Sra. Gauna.

A SRA. GAUNA – Bom dia a todos. Eu pedi para expor uma página, mas não me foi autorizado. Então, vou passar, rapidamente, um resumo do que eu montei.

Como já foi falado, nós temos dez empresas cujas extinções estão previstas nesse projeto de lei. Entendo e gostaria que os senhores nos esclarecessem o porquê disso não estar sendo tratado com isonomia, com relação à transferência dos funcionários?

Vou citar rapidamente: “autoridade municipal de limpeza urbana, Amlurb, no artigo 46: o quadro será redistribuído; serviço funerário municipal, artigo 54: os cargos serão redistribuídos; serviços sociais autônomos, ADE Sampa e SP Negócios: não é tratado, mas não há concursado nesses quadros; autarquia hospitalar municipal: cargos serão redistribuídos, artigo 61; fundação paulistana, do artigo 67 a 70, o texto está muito confuso, existem cargos que serão transferidos, outros que não serão; Fundação Theatro Municipal que seria extinto, mas, até o momento, o texto continua o mesmo, artigo 73: cargos serão incorporados; autarquia municipal de serviços auxiliares de saúde; artigo 78: ficam transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde; fundação Museu da Tecnologia, artigo 79: os cargos serão incorporados; São Paulo Turismo: os contratos de trabalho mantidos pela SPTuris até o momento da sua extinção poderão, observado o § 2º, deste artigo, ser sub-rogados, ou seja, ainda está “poderão”.

Pergunto: se aqueles que poderão ser transferidos significa que muitos poderão não ser transferidos. Esses que não serão transferidos serão todos demitidos? Nós teremos aqui um processo de demissão em massa, apesar de já ter sido falado, não está escrito – e vale o escrito.

Mais umas questões: a Sra. Secretária falou da diminuição da estrutura. São Paulo Turismo já não tem mais onde enxugar. Como eu disse na audiência anterior, nós tínhamos 800 funcionários e, hoje, estamos com 350 concursados, mas por volta de 50 comissionados. Então, não tem mais onde enxugar. Não há duplicidade de funções. Não há quem faça o trabalho que a São Paulo Turismo faz no Município de São Paulo. Não há duplicidade de estrutura nem funções. Se extinguirem, inclusive, eu gostaria de saber quem fará os eventos da Cidade. No ano de 2019, nós tivemos mais de 2.500 contratos – e isso é mais que 2.500 eventos para os Vereadores.

Então, para todas as empresas extintas: a alocação das atividades e a alocação dos empregados.

Para a São Paulo Turismo não há nenhuma previsão de quem vai fazer o trabalho nesse projeto de lei e nenhuma previsão para onde vão esses empregados. Então, repito: quem fará o papel da São Paulo Turismo? Haverá demissão em massa?

A terceira pergunta que eu gostaria que fosse esclarecida nesta audiência: o artigo 81 sobre a desafetação e automática autorização para desestatização da São Paulo Turismo, porque, como disse o Vereador Alfredinho, é um X-Tudo. Então, no artigo 81, trata disso.

Essas são as questões que eu gostaria que fossem respondidas nesta audiência pública pelos Srs. Secretários.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado. O próximo é Hélio Rodrigues, da Escola Técnica Makiguti. Depois do Hélio, José Cordeiro da SPTuris.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Bom dia a todos. Vim, representando um grupo de Professores, Colaboradores e, por que não dizer, a comunidade de Cidade Tiradentes, no que tange à Escola Municipal de Educação Profissional em Saúde Pública Professor Makiguti. (Palmas)

Talvez, diante dos inúmeros equipamentos que envolvem esse projeto, nós sejamos pequenos no número de Professores, Colaboradores, mas gigantes no desempenho

da política pública que, sem sombra de dúvidas, é um divisor de águas não só para os moradores de Cidade Tiradentes, mas de toda a região que a escola atende – muitos de nossos alunos são, inclusive, de outras regiões da Cidade.

A minha fala é no sentido, principalmente, mais de um questionamento à Secretária Malde sobre como ficarão os Professores e Colaboradores e a própria estrutura de gestão da escola que, hoje, é mantida pela Fundação Paulistana e, segundo prevê o projeto inicial, e com a sua extinção, será mantida ou pelo menos estará subordinada a uma Coordenação subordinada à Secretaria do Trabalho.

Como a pessoa que me precedeu, a parte do texto que se refere aos Professores e Colaboradores da Escola Técnica e da Fundação é confuso, na forma de migração e sobre como ficará a condição funcional.

Devo lembrar que a exemplo do que já foi dito aqui, quando estamos falando de saúde e educação, estamos falando de dois pilares fundamentais para a garantia do bem estar social que é do interesse público.

Quando nós pensamos numa escola que está cravada numa das regiões mais vulneráveis da Cidade e que, ao longo desses anos, seus quase 40 mil profissionais formados na saúde que servem justamente boa parte dos equipamentos públicos de saúde (Palmas) não só daquela região, mas como de toda a Cidade, nós temos que considerar que esse equipamento não pode ser furtado da sua previsão orçamentária, da garantia da manutenção funcional dos Professores que, em boa parte, são Mestres e Doutores, e que fazem do exercício educacional a sua vocação de vida, indo todos os dias para lá, não para contribuir para a formação de pessoas, mas, sobretudo, para transformação de vidas. É isso que a política pública tem que prever.

Então, Secretária, em nome desse grupo eu pergunto: de fato virá o substitutivo que estávamos negociando para que seja garantido esse aspecto funcional? De uma forma mais ampla: a verba hoje destinada à manutenção dessa escola que é referência e convide todos, principalmente, os Vereadores para que conheçam esse equipamento público, ela será

também garantida, para que o serviço público não seja sucateado e deixe de prestar a excelente possibilidade de acesso educacional e de formação que ele vem garantido?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Hélio Rodrigues.

O Vereador Paulo Frange terá a palavra agora e, em seguida, falará o José Cordeiro, da SPTuris.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, obrigado. Quero ser breve até porque nós estamos aqui para ouvir, mas, exatamente, depois da fala do Hélio da Escola Makiguti e todos que estão aqui da escola. (Palmas)

Sra. Secretária, essa escola é desconhecida da população paulistana que mora do rio para cá. É como se São Paulo terminasse dentro do Centro Expandido, mas quem a conhece, e nós tivemos a oportunidade de participar da fundação dela, sabe que é de um alcance social impossível de ser codificado simplesmente pelos dados apresentados pela própria escola e pelos números. É uma escola que faz dois vestibulares por ano, forma técnicos na saúde no extremo da cidade de São Paulo, sendo a única que oferece essa mão de obra qualificada tecnicamente para toda a região Leste de São Paulo que é quase um Uruguai.

Quando o projeto chegou a esta Casa, nós conversamos na Secretaria da Casa Civil sobre como ficaria a situação dessa escola que se destaca de todos os assuntos que nós estamos tratando. Não é como o serviço funerário, como a São Paulo Turismo, e aqui tem uma singularidade no que tange ao quadro funcional da escola. Não podemos perder a figura desse quadro e não podemos perder essa autonomia da escola.

Cheguei a conversar com o Secretário Edson Aparecido: essa escola tinha que ter a presença, praticamente vinculada, não dependente, mas vinculada à Secretaria da Saúde. A gente sente falta da presença da Secretaria de Saúde junto a vocês, mas sabemos que vocês têm parceiros grandes pela cidade de São Paulo, CNPQ, toda essa história. Eu sou da saúde, tenho 44 anos de medicina. Nós temos um trabalho grande voltado às instituições filantrópicas,

principalmente, as da região de vocês.

O que eu gostaria de deixar aqui é o nosso posicionamento, Presidente João Jorge, de que vamos tratar desse assunto com a delicadeza que ele merece. Acho que é um assunto extremamente delicado por ser (Palmas), talvez, seja o menor de todos, mas ele, do ponto de vista de visão social, do aspecto que representa, seja o mais importante de todos. Não tirando o mérito de nenhum deles, pelo contrário, mas é que nós não temos nenhuma escola como essa na cidade de São Paulo para podermos comparar. Nós só temos a Makiguti. É uma escola que tem uma singularidade extraordinária. É isso mesmo, são 15 anos, nós estávamos lá em 2005, quando foi inaugurada. Talvez, vocês não se lembrem de mim. À época, eu era magrinho e usava bigode. Hoje, estou gordo, deixei de ter bigode, mas continuamos aqui, no sexto mandato, mas acompanhando muito o trabalho da escola, principalmente, pela relevância do trabalho.

Então, Secretária, eu gostaria, depois, de ter a oportunidade de a gente tratar esse assunto particularmente, porque como é que ela sai para uma coordenadoria, como faríamos com todos esses funcionários, como ficaria a autonomia administrativa da escola e dessa atividade que ela presta?

Vou me colocar á disposição de vocês para ter o maior carinho com esse assunto. Não deixando de ter carinho pelos outros demais, mas vejo que vocês estão na ponta mais frágil de todo esse processo, que é grande, mas nós gostaríamos de trabalhar esse assunto em conjunto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Agora, José Cordeiro, da SPTuris; e depois, Manoel Norberto.

Informo aos Vereadores que ainda não se manifestaram: Eduardo Suplicy e Antonio Donato, que estou às ordens a qualquer momento.

O SR. JOSÉ CORDEIRO – Boa tarde a todos. Sou o José Cordeiro, empregado da São Paulo Turismo e, assim como outros colegas, nós acompanhamos um processo que foi anunciado como cheio de benefícios para a Cidade, primeiro, com a privatização e, agora, com

a extinção, mas, observando os números nós não chegamos a essa conclusão nem vemos futuro para isso.

O processo de privatização foi anunciado como um lucro de cinco bilhões para a Cidade, que ia resolver vários problemas. Esse número não foi atingido. Ele é inferior àquele que o TCM achou razoável que era de 1 bilhão 450 milhões, que também não teve nenhum interessado.

Hoje, a gente olha no PL 749 que trata do anexo do terreno do Anhembi, dividido em duas partes, ora pavilhão, ora sambódromo, e os valores referenciados que estão aqui me trouxeram uma indagação que eu vou repassar para o Secretário para saber como é que eles foram feitos, porque o pavilhão aparece com um valor referencial de 564 milhões, e o sambódromo de 160 milhões; e aquela área que o nosso colega Raimundo disse que era uma área irregular e que está sendo anexada agora e regularizada com o terreno, vale 47 milhões de reais. O sambódromo e essa área dá para entender que se trata do valor venal. A gente entra no site, calcula a metragem e descobre que foi feito assim, mas o valor do pavilhão de 564 milhões não o foi, pois não é o valor venal nem o valor que o TCM indicou naquele cálculo de 850 milhões.

Então, pergunto ao Secretário: como é que foi feito esse valor e que benefício ele vai trazer para a cidade? Se um centro de eventos traz empregos não só para quem promove os eventos, mas para toda uma cadeia de serviços da Cidade, comércio, lazer, saber como é que isso vai voltar para a São Paulo Turismo?

Por último, eu quero fazer um apelo: não há prazo para a São Paulo Turismo ser extinta, mas a manutenção do que a gente tem lá é importante para continuar realizando as feiras. Então, nós precisamos de dinheiro para consertar o telhado, fazer algumas manutenções rápidas que possam trazer segurança e qualidade para quem quiser fazer um evento na Cidade, um evento tanto comercial quanto religioso. Nós tivemos vários exemplos desses que nos orgulham muito.

É isso, por favor, Secretário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, José Cordeiro.

Manoel Norberto, do Serviço Funerário; depois, José Daniel da SPTuris.

O SR. MANOEL NORBERTO – Bom dia à Mesa e a todos. Eu sou funcionário público municipal do Serviço Funerário há 20 anos – no mês de março completarão – e a cada passagem desse governo do PSDB é uma coisa que é tirada do Serviço Funerário e, agora, querem extingui-lo.

Existem umas contas engraçadas: o porquê dessa extinção, sendo que têm casos que já foram analisados e visto como o Tribunal de Contas, como o João falou, sobre uma empresa que terceirizou os nossos motoristas, com isso foram detectados gastos a mais do que quando os motoristas eram do Serviço Funerário, os concursados, por ai já se vê o que é a terceirização do serviço.

A arrecadação é superavitária também, com uma arrecadação de, mais ou menos, 148 milhões, com gastos de 122 milhões, e o que se faz com esses outros 26 milhões? Depois que eu ingressei no Serviço Funerário no ano 2000-2001, éramos em 2.160 e poucos funcionários; hoje, estamos com nem 900 funcionários, e o processo de aposentadoria continua. Então, do que se está precisando no serviço público? Está precisando de concursos, não está precisando desse projeto. (Palmas)

Então, esse projeto tem que ser retirado, porque, olhando para as organizações sociais, é um processo legal, pois está na Constituição, mas é imoral. Essas empresas não vão entrar no serviço funerário, na autarquia hospitalar, para melhorar, elas vão entrar pelo dinheiro. E acho que o Prefeito e os Vereadores sabem disso.

Agora, se é um processo ideológico, eu não sei; eu só sei que a população vai responder se esse processo passar negativamente, porque já está dando muito ibope esse negócio de terceirização, de privatização, de acabar com a soberania do povo.

Aquele cemitério, aquele posto de saúde, foi construído com dinheiro do meu avô, do meu bisavô, e chega uma empresa que nunca colaborou para tomar conta. Então, isso está errado. O que é do povo, devolva ao povo. E o funcionário público está sendo prejudicado.

Basta ir ao Cemitério da Vila Formosa, onde se faz 50 sepultamentos ao dia, e falar para o funcionário que faz o sepultamento para onde ele vai que ele não sabe. Isso está errado. Temos que lutar para manter o serviço público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Sr. José Daniel, da SPTuris.

O SR. JOSÉ DANIEL - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente, e todos os presentes.

A indagação que me deixa inquietante é a questão dos fundamentos reais para a extinção da São Paulo Turismo. Até o momento, não se verificou, não foram apresentados os reais fundamentos, os motivos, para a extinção. E se nós formos analisar o histórico da empresa São Paulo Turismo, ao longo do tempo, ela tem cumprido um papel importantíssimo para a vida da Cidade, para movimentação da economia da Cidade, para geração de empregos dos mais diversos setores; e a gente está diminuindo a Cidade com a possível extinção dessa empresa.

Então, o discurso, em termos financeiros, de que não dá lucro, se analisarmos historicamente é uma das poucas empresas municipais que consegue se manter com o dinheiro que ela gera da locação dos seus pavilhões. Ou seja, historicamente, ela não precisou de aporte do Município, então por que o Município quer se desfazer dela?

Outra questão: o desenvolvimento e a economia da Cidade, como eu disse. as feiras de grandes negócios. Numa audiência pública que teve quando eu estava discutindo a privatização, o pessoal do setor de feiras e congressos do Brasil apontou que a cidade de São Paulo está ficando em sexto lugar na América Latina, em termos de sediar grandes feiras de comércio, perdendo para Quito, Buenos Aires e outras cidades; sendo que São Paulo era a primeira. Estão se desfazendo de um patrimônio desse, e vão reduzir os espaços de exposições. Isso é estratégico para a Cidade?

Uma empresa é grande pelo patrimônio que possui, pelos serviços que presta e pela sua mão de obra. Quanto aos recursos humanos, essa expertise que temos acumulada,

temos a possibilidade de contratação direta da São Paulo Turismo, porque ela foi criada antes da lei de licitações, que é do ano de 1993. Então, muitas vezes, a São Paulo Turismo conseguiu solucionar de forma rápida as necessidades da Cidade, porque não tem a obrigação de licitar. Enquanto que as empresas que são criadas após a lei de licitações têm que passar por um processo licitatório.

E nós temos essa vantagem, que adiciona à administração. A gente já salvou, muitas vezes, eventos de secretarias, pois como havia a dispensa de licitação nos contratavam diretamente e solucionavam, de imediato, as necessidades da Cidade. Extinguindo essa empresa, não haverá mais esse caminho, terão que seguir a lei de licitações.

Dentro dessa questão dos recursos humanos, nós temos a lei que foi aprovada nesta Casa, Lei 16.122, que aproveitou o pessoal do regime celetista para o regime único estatutário. Então, caso se trilha esse caminho, eu acho que deve seguir as bases desse PL 16.122/15, para garantir a questão da *expertise* dos trabalhadores do Anhembi.

Finalizando, sobre a questão do substitutivo, está havendo diálogo com as diversas empresas afetadas? Qual o prazo para apresentação? E, diante da complexidade, como muitos que me antecederam já apontaram e o Vereador Police Neto também sobre questões que devem ser aprofundadas, de forma melhor, sobre a administração indireta; deve-se retirar a urgência, porque a questão da discussão das diversas entidades apresentadas requer uma discussão madura, para o bem da cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Sr. João Gabriel, da Cultura.

O SR. JOÃO GABRIEL - Bom dia a todas e todos. Sou servidor da Secretaria de Cultura, completei 11 anos de Prefeitura de São Paulo e participei da discussão aqui da criação da Fundação Theatro Municipal. A gente trouxe para esta Casa e foi uma discussão intensa. Na época, o Vereador Paulo frange estava nesta Casa, o Vereador Police Neto, o Vereador Donato também, e foi um processo de discussão com a sociedade, discussão com os trabalhadores, com todas as pessoas que envolvidas no processo da Cultura.

Neste momento, o que a gente está vendo aqui é o processo inverso, é um movimento extremamente violento para desconstruir todo o processo de discussão democrática, que aconteceu nesta Casa ao longo de décadas, para fazer com que o projeto seja votado a toque de caixa.

A nossa posição aqui não é simplesmente pela retirada da Fundação Theatro Municipal, pela retirada da SPTuris, pela retirada da autarquia hospitalar, nós somos pela retirada integral do projeto. porque nesse projeto nós estamos falando sobre a extinção de mais de 10 entes da administração indireta. Na última audiência pública, com tempo reduzido, com a complexidade que esse projeto trata, nós tivemos oportunidade de escutar um pouco sobre alguns dos serviços que são desempenhados por essas organizações, por estas empresas públicas, por essas autarquias, da maior cidade da América Latina, e a gente pôde perceber um pouco do impacto que isso vai causar.

Ficou claro pela fala dos trabalhadores das mais diversas formas de contratação, das mais diversas estruturas de serviço público, que não tem clareza sobre a continuidade dos serviços prestados por essas organizações. Eu estaria cometendo uma injustiça se fosse listar um por um, se fosse dizer qual seria o impacto para cada uma das regiões da Cidade. Não temos condições de fazer isso, porque o projeto está sendo apresentado a toque de caixa.

E se, para os trabalhadores dessas organizações, dessas autarquias e fundações, nós não temos condições de quantificar o impacto desse projeto; para a população de São Paulo, a chance é zero. Porque, se houvesse interesse em discutir com a população de São Paulo, isso seria apresentado pelos Vereadores, pela Administração para a cidade de São Paulo no processo eleitoral.

Por que o projeto tem regime de urgência? Porque ele trata de interesses privados, porque é preciso chegar para essas organizações privadas e pedir, passar pires, para poder garantir doações de campanha durante o processo eleitoral de 2020.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. João Godoy.

Só uma coisa: cada um é responsável por aquilo que fala aqui.

O SR. JOÃO GODOY – É óbvio, isso é óbvio. Não tem nada de novo para nós.

O povo morre por decreto, como esses caras fazem aqui; e o político morre na urna. É na urna que a gente mata esses caras. Agora eu proponho uma coisa para vocês: vamos tapear esse PL 749 na cara desses 30 aí. Vamos criar um grupo de Whatsapp, que todo mundo usa. Brincando, a gente atinge um milhão de pessoas.

Por que a gente vai ficar discutindo com quem não quer nos ouvir, com quem não está nem aí para a gente? Então, vamos fazer isso. Enquanto, eles trabalham covardemente, a gente vai trabalhar com inteligência.

Outra coisa que proponho é que saíamos daqui gritando pelas escadas “Retira esse projeto”, “retira essa porcaria”, “retira esse lixo”. Porque é isso que ele é. Em ambiente como esse e grupo como desses 30 aí, entre doses de whisky e carinho comprado de quengas, toma decisão que prejudica toda a população. A exemplo disso, é a Alemanha dos anos 30, 40. A “cagada” que eles fizeram naquela época fede até hoje.

Eles estão se lixando para a gente, eles não estão nem aí para nós. Essa que é a realidade. A gente sobe aqui fala, expõe, todo mundo fala, mas eles não estão nem aí para a gente. Essa é a realidade. Então, temos que agir com inteligência. Vamos pegar o celular de todo mundo e mandar mensagem desse PL. Se cada um mandar para, pelo menos, cinco pessoas, a gente altera a realidade que estamos vivendo no Brasil hoje. Porque ninguém está nem aí para o trabalhador, ninguém está nem aí para o pobre.

É dessa forma que a gente muda, porque inclusive esse cara que está tentando me interceder não está nem aí, eles estão se lixando para a gente. Essa é a realidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu vou pedir para a administração desta Comissão, cujas manifestações estão sendo gravadas, que as manifestações do Sr. João Gabriel e do Sr. João Godoy sejam analisadas pelo departamento jurídico desta Casa e que se tomem as providências.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos. Vereador João Jorge, eu acho desnecessária essa manifestação, eu acho que a gente está conseguindo conduzir a audiência aqui; eu sei que há um excesso aqui, outro ali, mas a gente tem que conduzir com tranquilidade.

Vamos ao tema da audiência. A primeira questão é: método. Não dá para discutir um projeto com tantos temas dessa forma. Autarquia hospitalar: a gente não está discutindo um arranjo administrativo, estamos discutindo uma política pública sensível e fundamental para a população de São Paulo sem o Secretário de Saúde, que é quem tem que aplicar a política. Como é que nós vamos discutir sem a área fim, só como um arranjo administrativo? Não dá para discutir assim um projeto deste, mas é dessa forma que ele está.

O correto seria mandar um projeto para cada tema, para a gente aprofundar. Se esta Casa tivesse um pouco de espinha, coluna vertebral, exigiria isso do Governo: desmembrar o projeto minimamente para aprofundar cada, porque não são temas quaisquer que estão aqui, são temas que impactam a população; não só os funcionários, que a gente tem que levar em conta, mas principalmente o serviço público na ponta.

Como eu tenho pouco tempo e são muitos temas, eu não vou tratar do Theatro Municipal porque eu tenho certeza de que o acordo que nós fizemos lá embaixo, no plenário, público, vai ser cumprido, então ele não está no debate.

É curioso porque, em geral, os tucanos gostam de se vangloriar da lei de responsabilidade fiscal, mas eles só leem um pedaço da lei: o pedaço que é do corte, do ajuste das contas. Mas a lei de responsabilidade fiscal exige que seja feito o demonstrativo econômico e financeiro de cada medida dessa. E não tem no projeto, tem lá uma economia estimada de R\$ 140 milhões. É isso que está escrito no projeto, e agora nós vimos um quadro do Secretário-Adjunto falando em R\$ 123 milhões. Um quadrinho, não tem uma planilha de cálculo.

Na audiência passada, eu já pedi a memória de cálculo que leva esses números, porque, pelas nossas contas, como o João do Sindicato falou também, as nossas contas não dão economia, dão aumento de despesas, porque contar economia como extinção de cargo vago é conversa para boi dormir, vamos fazer a conta certa.

Se há aumento de gastos, da minha parte não há problema; eu não tenho nenhum problema em ampliar o gasto público para controlar melhor as terceirizações, para controlar melhor tudo o que está sendo feito aqui; mas não é disso que se trata. Vem no discurso de economia e não se demonstra economia. Então queria pedir aqui mais uma vez: a memória de cálculo detalhada que embasa essa planilha de economia de R\$ 123 milhões, que pelas nossas contas não tem essa economia; ao contrário, tem aumento de gastos, como já demonstrei na audiência passada.

Como não posso falar sobre todos os temas, eu vou falar aqui da SPTuris. A primeira coisa, já foi dita aqui, por uma questão de isonomia e de justiça: tem de garantir o emprego dos funcionários da SPTuris, não pode ser “poderão”, “deverão” ser garantidos os empregos, “poderão”, inclusive, na boa técnica legislativa não se usa, porque “poderão” não é nada, ou vai acabar ou vai manter. Então, ou tenham coragem de dizer que vai extinguir e que não vai garantir nenhum emprego, ou então, o que é justo é garantir os empregos dos funcionários da SPTuris. (Palmas)

Vamos à questão da avaliação do terreno. Nós já tivemos lá e é comum aqui virem projetos de venda de patrimônio e de terreno e esses projetos vêm embasados por um Parecer do DGPI, não em cima de valor venal, mas em cima de valor de mercado. E aqui o projeto vem com uma avaliação venal, de valor venal, sem o Parecer do DGPI, que é um departamento habilitado para fazê-lo. Então, queria que se explicasse porque se tem essa metodologia diferente dos outros projetos.

Por último, a questão fundiária que foi tratada aqui. Existe um inquérito civil no Ministério Público sobre a apropriação indevida de uma área da SPTuris incorporada ao seu patrimônio de cerca de 30 mil metros quadrados. Esse processo não está concluído, tem uma

investigação e, portanto, tem uma pendência fundiária sobre a questão das áreas que estão sendo desejadas de serem vendidas da SPTuris. Então, queria que o Governo se manifestasse também sobre essa questão.

Quanto aos outros temas, como são muitos, eu não vou me manifestar agora. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Donato. Agora, Selma Barros dos Santos Dias, da SPObras e depois o Vereador Eduardo Suplicy. O que ocorre é o seguinte: antes de a Selma falar e antes de marcar o tempo, a audiência pública é feita para debater, a palavra é livre e cada um pode falar o que quiser aqui. Eu respeito absolutamente tudo, pode gritar, pode falar, pode o que quiser, mas a partir do momento que vem com acusação pessoal e a vereadores, principalmente, nesta Casa aqui, vai ter de provar. João Gabriel e João Godoy serão acionados judicialmente para provar acusações que fizeram.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Selma Barros dos Santos Dias, da SPObras, por favor.

A SRA. SELMA BARROS DOS SANTOS DIAS – Boa tarde a todos. O meu nome é Selma, eu sou diretora de representação dos empregados da SPObras.

Venho aqui falar do projeto do PL, especificamente sobre o artigo 107, que está nas disposições finais. A Secretária Malde começa falando que esse projeto não extingue funções e nem cargos. Mas, acho que ela não leu o projeto até o fim, porque, sim, o 107 está excluindo unicamente o representante da sociedade que é eleito pelos trabalhadores para atuar nos colegiados das empresas públicas, especificamente no conselho fiscal.

Quanto aos trabalhadores e também ao membro da sociedade que é eleito pelos trabalhadores, é previsto na Constituição Federal do Brasil, nos artigos 10 e 11; na Constituição Estadual, no artigo 115, inciso XXVI, e no artigo 228; e no artigo 83, da Lei Orgânica do Município de São Paulo. A Lei 10.731, de 1989, para quem não sabe, foi promulgada pela então Prefeita de São Paulo Luiza Erundina. Ela estava, em 1989 há anos luz

em termos de modernidade na gestão participativa das nossas empresas públicas, quando colocou o trabalhador e a sociedade nesses colegiados. (Palmas)

E essa gestão, que se fiz moderna, reorganizando o sistema, quer fazer agora esse retrocesso e tirar da sociedade a questão de cuidar das nossas empresas, especificamente na questão da saúde financeira. A gestão participativa é saudável para o estado democrático de direito, a democracia exige isso, uma hora a gente convence, outra hora não. Mas, é saudável para a democracia que os trabalhadores e a sociedade estejam nesses colegiados cuidando disso também, Secretária.

O Secretário Jorge disse que está atendendo a lei, mas a lei não fala de forma alguma que não se aplica aos eleitos. Também não fala que não se aplica aos indicados. Sendo assim, então, não precisa de conselho fiscal nem para eles, porque o Prefeito indica quatro e a sociedade só um, quer dizer, já há uma injustiça nessa questão. A gente já devia ter mais membros da sociedade cuidando disso, agora vai ter mais deles e nenhum da sociedade. Por que será? Precisa ver isso, porque é do interesse da coletividade que a sociedade esteja também nesses colegiados. Ou não?

Eu tenho uma pergunta para vocês, então, a supremacia do interesse público é maior e não precisa estar escrita em lugar nenhum. Nossas empresas públicas, nós é que defendemos isso. Nós defendemos isso e vocês, vereadores, prometeram no momento da posse proteger a Constituição, proteger a Constituição do Estado, proteger o estado democrático de direito e proteger a justiça social.

Então, por favor, nosso apelo é façam o que vocês prometeram, tirem esse artigo 107 desse projeto, que não tem nada a ver com isso neste momento. Nós podemos discutir isso sim em um momento seguinte para atualizar a lei. Já temos outras leis que podem ajudar a gente nessa questão da sociedade na gestão participativa, mas não nesse momento, diante de um projeto complexo como esse.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Selma. Antes do Luciano Ferreira,

que é o próximo, da Prodam, vai falar o Vereador Eduardo Suplicy. Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Obrigado, Presidente João Jorge. Quero cumprimentar a comissão que está examinando essa proposta de reforma administrativa, sobretudo pelo interesse tão grande. Cumprimento todas as pessoas que aqui estão expressando com muita assertividade o seu ponto de vista, justamente no espírito de aqui praticarmos a democracia, a participação popular para valer.

Tenho aqui algumas anotações de diferentes assuntos. Primeiro, o Jonathan e a Lívia, que são participantes da Escola de Dança do Theatro Municipal, informam que há uma consulta pública apresentada, mas com uma decisão pronta. E esta proposta prejudica toda a estrutura da Escola de Dança e Música, a admissão de cursos, alunos e professores e avaliam que deveria haver uma consulta pública à população para que um apresentasse propostas e não simplesmente definiram o desmonte da escola e dizer que esse projeto é bom. Eles não querem apenas uma proposta que venha de cima para baixo, avaliam que é importante que haja a continuidade dos cursos livres. A Escola de Dança e Música, portanto, devem continuar e a escola, na avaliação deles, deve ficar na estrutura atual. (Palmas)

A Sra. Maria José de Lima, que mora no Conjunto José Bonifácio, mencionou um histórico de quando foi, em 2004, reservada uma área para a construção de um CEU, que assim estava definida pela então Prefeita Marta Suplicy, que determinou que esse CEU fosse construído no local. Mas, entretanto, ali foi construído o Conjunto Caraguatatuba, de mil unidades do programa Minha Casa Minha Vida, na Domingos Rubino com Jardim Tamoio, Nunca foi feito, e ela ali há 40 anos batalha para que seja de fato construído o CEU. Ali só há uma EMEI para cinco creches e alunos, por exemplo, de quatro a seis anos e nove meses, e que não têm possibilidade de continuar seus estudos. Muitas vezes, esses meninos e meninas acabam indo vender droga na esquina. Por exemplo, tem famílias que tem trigêmeos e moram no Conjunto Caraguatatuba. Ela agradeceria muito se houver definição por parte da Prefeitura de que haverá escolas. Ela, inclusive, me traz aqui o mapa da área toda para colocar isso.

Com respeito à Escola Makiguti, eu ainda não conheço e quero até assumir o

compromisso de visitá-la. Tem 1.200 alunos, como o Vereador Paulo Frange aqui ressaltou, 15 anos de existência, ele está lá desde a inauguração, mas definem como uma escola de ensino profissional. Aqui estão tão bem representados, que tenham um procedimento entusiasticamente exemplar, que eu até, caro Paulo Frange, quero visitar e conhecer melhor.

Queria aqui dizer, com o Alfredinho e Donato, que nossa posição é de modificação. Nós estamos na expectativa de que possa haver um projeto alternativo, substitutivo, e também com a garantia de que a Fundação Theatro Municipal – esta está de pronto excluída – mas, a nossa intenção é de que houvesse, a partir da oitava de todos que expressaram tão assertivamente, que não estão contentes com a proposta apresentada. Se houver um substitutivo, que levem em conta as sugestões aqui apresentadas.

Uma reflexão final, prezado Vereador João Jorge, nosso Presidente aqui, eu tenho a preocupação de que qualquer pessoa do setor público esteja sempre trabalhando com toda a ética, transparência, dedicação para valer, levando em conta uma remuneração justa. Que essa pessoa possa fazer com que essa instituição, onde esta pessoa está trabalhando, seja no cemitério, seja no Anhembi, na SPTuris ou nas escolas as mais diversas, no Theatro Municipal sempre ajam com toda a seriedade e respeito. Como o Vereador João Jorge atua, seja na Secretaria da Casa Civil de Governo, ou aqui como Vereador, eu o vejo como uma pessoa que age com correção.

Acho que há a pressuposição de que os que trabalham no setor público não o fazem bem e por isso precisa privatizar aqui e acolá, aí depende muito. Se forem pessoas como os vereadores, como os que estão aqui trabalhando seriamente, pode estar certo de que a Administração Pública será honrada e bem feita e sempre – e isto é importantíssimo – com a participação popular em cada área. Foi recordado aqui o exemplo da administração Luiza Erundina, que instituiu as formas de economia solidária para a construção de moradia através de mutirões. Isso foi uma coisa tão bonita e interessante.

São essas as minhas considerações. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador. Vereador Donato, já foi o

tempo em que o Eduardo Suplicy era só do PT, Suplicy é de todos nós hoje. Meu respeito e minha admiração, Vereador Suplicy.

Luciano Ferreira, da Prodam e depois Brian Fountain. Temos mais cinco manifestações, peço que observem o tempo, por gentileza. O Secretário se manifestará antes de encerrarmos.

O SR. LUCIANO FERREIRA – Quero saudar todos, os vereadores presentes na Mesa, os secretários, e em especial os companheiros que estão aqui hoje lutando pelos seus direitos, pelos direitos dos empregados que representam, pelo direito da população de São Paulo a ter saúde digna, a ter cultura, a ter acesso a tudo o que há de mais básico garantido pela legislação, garantido pela nossa Constituição.

Quero, de maneira especial, me solidarizar com os empregados e colegas da SPTuris, que de fato estão hoje vendo em risco o seu futuro, estão em risco realmente a sua continuidade dentro da administração, prestando o bom serviço que prestam. Vide o Carnaval de São Paulo ser um polo atrativo, inominável dentro do turismo do nosso país, vendo as pessoas que atuaram nesses últimos dias abnegadamente, muitas vezes dobrando os seus turnos e que estão sob o risco de eliminação dos seus empregos, estão sob o risco de que sejam tirados os seus direitos básicos. (Palmas)

Queria fazer uma abordagem bastante específica, retomando um pouco da fala da Selma, no que concerne dentro do projeto de lei. Estamos tratando de maneira lateral, de maneira pequena, um jabotizinho, por assim dizer, foi colocado na questão da representação dos conselhos fiscais da parte dos empregados.

Queria salientar o seguinte: conselheiro fiscal eleito pelos empregados não pode ser empregado, ele é membro da sociedade civil. Um dos princípios da governança corporativa mais moderna que esse governo apregoa também como parte da sua perspectiva é a transparência, é a responsabilidade, é sobretudo a prestação de contas. Melhor maneira de prestar contas com representante da sociedade civil dentro do conselho fiscal não há.

Quero que os Srs. Vereadores, que os Srs. Secretários também, considerem a

importância da representação, a importância que existe para a sociedade civil. Não se trata de uma mera representação dos empregados das empresas, se trata da representação da sociedade civil dentro das empresas, observando, acompanhando, dentro da perspectiva da melhor gestão possível.

Espero que os Srs. Vereadores e os Srs. Secretários concebam isso da maneira que deve ser colocada. Coloquem isso como um princípio básico da melhor administração pública possível. E gostaria de agradecer a atenção de vocês e pedir: reavaliem esse projeto, revejam tudo o que está considerado nele. São diversos itens dos mais diversos pontos que afetam a vida da população de São Paulo.

Muito obrigado e bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Luciano Ferreira. Agora Brian Fountain, do Theatro Municipal.

O SR. BRIAN FOUNTAIN – Boa tarde a todos. Meu nome é Brian, eu represento os músicos da Orquestra Sinfônica Municipal e hoje estou falando por parte dos artistas em geral do Theatro Municipal, que não puderam vir hoje por causa de ensaio.

Venho hoje principalmente para agradecer as excelências, para entender o valor do Theatro Municipal, não só do prédio, mas do patrimônio vivo lá dentro e agradecer as excelências por acordarem em retirar a Fundação Theatro Municipal desse projeto.

Além disso, eu gostaria de fazer um parabéns por quatro atos feitos ao longo dos 460 anos dessa organização legislativa, a Câmara Municipal de São Paulo. O primeiro ato que eu gostaria de frisar e parabenizar para V.Exas. é a construção do Theatro Municipal, em 1911, a coisa mais bela desta cidade e uma construção que inspira todo mundo que o vê a sonhar. Assim como Nilma e a filha da Nilma: “mamãe, eu posso dançar lá um dia?”

A segunda coisa que quero parabenizar a Câmara Municipal é que não só criou o prédio, mas colocou vida lá dentro na forma dos corpos estáveis, na forma das escolas de música e de dança que geram uma enorme quantidade de espetáculos e oportunidade para o cidadão de São Paulo se engajar nas artes. Trata-se de uma enorme comunidade de pessoas,

os alunos, pais dos alunos, professores, artistas, bailarinos e cantores formam uma miniatura da sociedade paulistana.

E o que faz essa massa de gente funcionar é o terceiro ato que quero parabenizar. É definir a finalidade da Casa: ópera, música e dança. Lá tem gente brasileira e estrangeira, negro e branco, criança que vem da periferia, nosso Maestro Titular, Roberto Minczuk e todos fazem parte dessa massa de gente. É um espelho de sociedade, só que fazem o melhor, onde todos estão trabalhando juntos em prol de um objetivo comum.

E o quarto ato que quero parabenizar a Câmara hoje é que têm sido mantidos esses elementos cruciais em lei, onde a mão do Executivo não pode encostar. O Poder Legislativo é o órgão mais nobre, menos disposto às mudanças radicais em filosofia, menos dispostos por sua natureza colegiada em falhas de personalidade de um indivíduo e por isso recorreremos ao Poder Legislativo para retirar a Fundação desse projeto.

Um símbolo da Cidade, 110 anos de patrimônio histórico, o principal aparelho cultural do país precisa ser tratado com sensibilidade e responsabilidade. Não pode da noite para o dia sofrer alterações profundas sem maiores reflexões que colocam em risco todo o trabalho desenvolvido por esta Casa ao longo de tantos anos. Então mais uma vez agradecemos o entendimento de V.Exas. em retirar a Fundação Theatro Municipal desse projeto 749.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado. Próximo, Reno Ale, Sindviários, Trabalhadores da CET. Depois, Márcia Perrone.

O SR. RENO ALE – Boa tarde a todos e a todas, Srs. Vereadores Donato, Suplicy, Frange, João, aqui se trata de defender o serviço público de qualidade para a população.

Não é só uma questão de defesa de empregos, porque são profissionais que podem trabalhar aqui ou em qualquer outro lugar, a questão não é essa. A questão é que tamanho de Prefeitura se quer na cidade de São Paulo, porque estão se abandonando, renegando responsabilidades do Poder Público e o que a Prefeitura vai fazer depois? Não vai

sobrar nada para ela fazer. Vai só administrar contratos e mal sabe administrar os que existem hoje. Olhem só o caso da CET em específico. Foi solicitado 1,5 bilhão e aprovado 1,2 bilhão. Agora, dia 25 de abril, foram retirados 185 bilhões; fora os 110 bilhões que estão retirando da Zona Azul anualmente; fora mais de 150 milhões que devem para a CET.

Então esse Governo vem enganando a população no quesito administração, porque não conhece a cidade de São Paulo. Primeiro porque importa de outras localidades secretários para administrar o que não conhecem. A CET, por exemplo, Srs. Vereadores, hoje, está em estado de alerta. Durante todo o Carnaval se empenhou para que ninguém ficasse sem se locomover de um lado a outro da Cidade. Nós estamos diminutos, as pessoas mais jovens da CET estão com mais de 12 anos de casa e não se faz concurso. Estão esperando todo mundo chegar ao sexagenário para demitirem sem nada. Isso é uma irresponsabilidade do Poder Público.

Falaram aqui: não se sabe por que não modernizam o parque semafórico da Cidade. Não modernizam porque não querem, porque querem sucatear para fatiar e vender. Os profissionais da CET são exíguos. Quero saber qual será a política de Zona Azul aqui na cidade de São Paulo, sendo que estão tirando a Zona Azul da CET e transferindo para uma Superintendência dentro da Prefeitura. Quem vai dizer qual é a política de estacionamento nas vias públicas de São Paulo? Os empresários? Ou técnicos que durante mais de 42 anos se formaram e conhecem a política de trânsito do Município e que não deixam esta Cidade parar.

Não se trata de defender os empregos. Trata de defender a empresa que presta um excelente serviço para a população de São Paulo. Srs. Vereadores, contamos com vocês para que os serviços públicos desta Cidade se mantenham com o padrão de excelência como são hoje. E que se retire esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Reno, obrigado. Próxima, Márcia Perrone, servidora pública aposentada. Depois, Lúcio Chama.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Bom dia a todos. Eu já sou uma servidora aposentada, mas venho acompanhando essa gestão desde o início. Faço minhas as palavras

do colega que me antecedeu. É uma vergonha o que estamos vendo nessa Gestão.

Sei que estamos focando no fechamento dessas 10 empresas que, claro, sou contra porque sou a favor do serviço público. Mas gostaria de focar num aspecto que é a criação da São Paulo Regula com a função de regulação e fiscalização de todo – prestem atenção – e qualquer serviço municipal delegado que lhe tenha sido atribuído pelo Executivo mediante decreto.

Lendo nas entrelinhas, isto pode significar o término do controle social. Hoje temos dentro da Secretaria várias instâncias como a Covisa, que faz a fiscalização de diversos setores e vou falar da SMADS, porque sou da SMADS, nós fazemos a fiscalização das organizações sociais. Não só isso, também fazemos serviços de prestação de atendimento à população. Hoje estamos arrasados, não temos mais funcionários, há várias colegas que estão sofrendo assédio moral já exposto, declarado à Secretaria e não se toma nenhuma providência. Gostaria até que a senhora, por favor, verificasse na Secretaria de Gestão, em que consta um processo encaminhado pelo Sindicato sobre isso.

Mas o que queria mesmo e chegar ao finalmente, que se criam 150 empregos de analista e 400 técnicos de fiscalização. Vocês foram ver a tabela? A tabela começa com oito mil reais e termina com 17. Então pergunto ao Secretário e à Secretária que economia é essa. Economia para dar para a privatização, para os setores privados? Por que não se cria nos serviços públicos? Cadê os concursos públicos que não aparecem? E os funcionários estão completamente doentes, adoecidos de tanto trabalho, porque a Prefeitura não existe mais, está acabada, arrasada.

Gostaria que a Secretária Malde esclarecesse nominalmente quais são os cargos que aparecem em duplicidade. Tanto se fala, mas não se nomina. É sempre assim essa gestão, cara de paisagem.

Gostaria que o Secretário discriminasse os 130 milhões de economia, que pudesse esclarecer num quadro, como o Vereador Donato solicitou, um quadro que apontasse exatamente onde se economizou.

Gostaria também de perguntar a Sra. Secretária se esta é uma reforma administrativa, porque não foi previsto concurso público para toda a Prefeitura? Acabada, não tem mais na Educação, na Saúde, na Assistência, na Cultura, em todos os lugares. Não há mais servidores públicos. Por que não foi feita? Uma reforma administrativa é só para o mal?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Dona Márcia.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Não. Não acabei. A intenção de acabar com o controle social estabelecido nas diferentes secretarias. É isso que vocês querem? Acabar com o controle social.

E finalmente dizer para todos que estão aqui. Acho que vocês têm de ir para os diferentes gabinetes hoje, pressionar os Vereadores, estarem hoje no plenário da Câmara às 15h e se organizarem para o ato público. Expor essa organização, essa Prefeitura lá fora, porque aqui dentro não dá. Expor para a população e pela Rede Globo, que aí eles recuam.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado Dona Márcia. Sr. Lúcio Chama, da Associação dos Representantes de CIPA. Depois, encerra Ari Fernandes e os dois secretários para suas palavras finais.

O SR. LÚCIO CHAMA – Boa tarde a todos. Estamos com os funcionários públicos – todos – agonizando há muito tempo. Temos 30 mil funcionários públicos afastados por saúde mental, sendo 20 mil somente na Educação. Esse projeto hoje apresentado mexe com a saúde do trabalhador. É engraçado, o trabalhador não pode participar desta audiência hoje porque o dia dele não é abonado.

Há um tempo tivemos uma gestão que tirou a dignidade do trabalhador, do funcionário público. Tiraram deles os cargos e deixaram somente funções. As funções do AGP, agente de apoio. Engraçado, tiraram o funileiro, o mecânico e deixaram como agente de apoio. Colocam aonde querem e com isso aumentou drasticamente o assédio moral: se você não for vai sofrer as consequências. Mas ele é apenas um mecânico.

Essa privatização, essa proposta, tem de tomar muito cuidado. Como nosso amigo da Funerária falou há pouco, eu fico imaginando colocar um coveiro dentro da Administração.

Ele foi capacitado para qual profissão? É o que temos hoje, um mecânico foi capacitado para qual profissão?

E o que acontece? O descontentamento de todos, inclusive, do munícipe. Governos federais começam a dizer que o funcionário público é vagabundo. Não. O funcionário público está sendo removido e exercendo funções que não são da sua capacidade profissional. E esse projeto visa isso. Vamos remover para onde?

Os funcionários estão sem condições mínimas de trabalho e sendo removidos de Secretaria para Secretaria ao invés de abrir concursos públicos. Resolveria grande parte do problema. Seria até uma proposta interessante.

Para terem uma ideia, há três anos estamos tentando no Governo, peço até para os Secretários e Vereadores, estamos pedindo, implorando para regulamentar o Crecipas. Quem não conhece o Crecipas da Prefeitura, é o Conselho que regula e acompanha todas as CIPAs da Prefeitura e não tem a regulamentação. Sem a regulamentação o Crecipas não consegue exercer sua função que é atender os cipeiros, tirá-los da zona de assédio moral, porque quando ele trabalha e mostra para o seu gestor o problema que está acontecendo no seu departamento, ele sofre uma repressão muito grande.

Há oito anos é feito o Fórum da Saúde do Trabalhador através da CIPA e Crecipas. Este ano esse Fórum não foi aprovado. Então peço, caso o projeto realmente seja levado para frente, que se restabeleçam os cargos e se equiparem os salários de todos os funcionários públicos.

E quero fazer um apelo para a Secretaria, que o Cogess, o pessoal da Secretaria de Gestão aprove o Fórum da Saúde do Trabalhador que vai ser agora em abril e já foi descredenciado. Já tiraram a aprovação dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Ari Fernandes, da SPTuris, a última manifestação cumprindo assim todas as 21 inscrições. Depois, os secretários.

Antes do Ari, quero agradecer a presença dos Vereadores que passaram por aqui:

Alfredinho, Fabio Riva, Paulo Frange, Rodrigo Goulart, Police Neto, Eduardo Tuma e os que ainda estão presentes, Vereadores Donato, Suplicy e Paulo Frange.

O SR. ARI FERNANDES – Boa tarde a todos, Vereadores da Casa, cumprimento todos na pessoa do Presidente João Jorge; cumprimento o Vereador Antonio Donato, sempre nos recebeu muito bem; Eduardo Suplicy, Paulo Frange e todos os Vereadores que passaram por aqui, sempre receberam os empregados com muita atenção, com muito cuidado.

É curioso, o colega falou que é até engraçado e é mesmo, desta vez mais de 20 pessoas falaram, da outra vez quase 30, não passou sequer uma pessoa aqui para falar: nossa, esse projeto é bom, esse é modernidade. Não passou uma pessoa sequer. Só a Mesa fala.

E ainda assim não vemos mudança no que estão nos trazendo, mas como está sendo falado que não há intenção de demitir nenhum funcionário, então tenho aqui por obrigação trazer um norte com alguns princípios gerenciais que têm por premissa prestigiar a eficiência da Administração Pública. O que obviamente vai melhorar a satisfação dos funcionários, a satisfação dos munícipes que são a base realmente da nossa preocupação, com os milhões de paulistanos. E essa é minha preocupação.

Como paulistano qual é o tipo de qualidade do serviço que será gerado, qual a continuidade de serviço que vai ter,, porque o foco da nossa discussão tem que ser esse, o cidadão paulistano. Temos de nos preocupar, sim, com os empregos, mas principalmente com os eleitores, com os milhões de pessoas que fazem uso de todos esses serviços que estão sendo tratados nesse PL.

E investir em valorização dos funcionários da administração pública é essencial para o sucesso dos serviços públicos. Afinal, os colaboradores reconhecidos se sentem mais satisfeitos com seu trabalho e com a organização como um todo, apresentando maior produtividade e qualidade nos resultados. Isso impacta nos serviços públicos disponibilizados pela prefeitura, melhorando sua qualidade e ampliando sua cobertura aos cidadãos.

Eu gostaria de citar algumas vantagens para a prefeitura de São Paulo em

aproveitar esse pessoal que já é qualificado, já é concursado e já faz parte do corpo da prefeitura de São Paulo. É um time altamente capacitado, treinado e aprovado em concurso público, pessoas que já provaram sua capacidade em diversas situações. Isso vai evitar gastos da prefeitura de São Paulo com treinamento de competências e habilidades técnicas e comportamentais, gerando economia para fazer muito mais com menos.

A valorização dos empregados justamente neste ano de eleição municipal, um ano corrido, não só esses colaboradores que fazem parte desse PL como também todos os colaboradores da administração pública poderão ver a forma como o Executivo Municipal trata seus empregados. Quando esses empregados percebem que o governo está preocupado com seu bem estar, a prefeitura de São Paulo será recompensada com maior fidelidade, fidelidade que se converte em maior empenho, queda do absenteísmo, aumento da produtividade e melhora do serviço público.

Destaco que as empresas mais modernas elaboram mecanismos e estratégias para reter os talentos, seja com aumento, seja com aperfeiçoamento, qualificação etc. Não é admissível que a prefeitura vá na contramão, desfazendo-se desses talentos, desfazendo-se de empregados concursados.

Concluindo, peço que o Executivo municipal pense na qualidade dos serviços prestados, nos cidadãos paulistanos e trate esse assunto com a seriedade necessária.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado.

Esclarecendo aos funcionários públicos da administração direta ou indireta que estão aqui e precisarem de uma declaração de sua presença, a Comissão fornece; é só procurar nossa secretária Vera, aqueles que quiserem apresentar para sua chefia, seu departamento, seu local de trabalho.

Quem vai se manifestar? (Pausa) Secretária Malde, por favor.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Quero agradecer a participação de todos, fazer algumas colocações e responder alguns pontos que foram levantados hoje, repetindo

algumas coisas que a gente já tinha conversado na última audiência.

Aproveitando um pouco a fala do Vereador Suplicy, quero falar um pouco do respeito ao trabalho do servidor público. Falando pessoalmente, sou servidora pública há mais de 40 anos, servidora da Prodam por muito tempo, e quero dizer que tenho o maior respeito pela administração pública, pelo servidor público.

E quero fazer aqui um registro do trabalho feito pelos técnicos da Secretaria de Gestão e de todas as outras secretarias nesse trabalho que está sendo apresentado. É claro que numa discussão, num projeto complexo como esse, temos que debater, temos que alinhar, mas eu tenho obrigação de registrar aqui o trabalho técnico eficiente de servidores de carreira na Secretaria de Gestão, na Secretaria de Saúde, na secretaria, que são servidores como vocês, então acho importante que esse registro seja feito. Se o projeto não atende, o projeto tem problemas, nós vamos discutir isso daqui para frente, mas não posso desqualificar o trabalho que esses técnicos fizeram. Não é um projeto que veio trazer uma mentira para vocês, então é fundamental que eu faça esse registro.

Agora, a partir daí, vamos à discussão democrática, avaliar, rever, e é por isso que o Governo está aqui. Já estivemos na semana passada, na audiência passada, temos conversado com os vereadores.

Outra questão que também quero colocar para vocês é a da discussão. Todo tempo essa equipe técnica conversou com as secretarias. Não chegou a todas as instâncias, eu lamento. Agora, eu acho que nós podemos fazer essa discussão, mas como as secretarias...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Posso terminar? Obrigada.

Com as secretarias nós conversamos. Conversamos intensamente com a Fundação Paulistana, intensamente com a Ade Sampa, Professor Hélio, que está aqui, esteve comigo, conversamos, todas as questões foram colocadas, então eu quero dizer que a gente está aberta à discussão.

A apresentação que vocês viram hoje é a mesma da última audiência, porque nós

não fizemos as modificações ainda. Nós estamos conversando com vocês, estamos conversando com os vereadores. A Secretária de Saúde, inclusive o Secretário que foi citado aqui, participou intensamente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Posso completar?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Posso completar?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Nós tivemos discussão...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Nós tivemos discussão, eu participei de eventos com a Secretaria de Saúde com mais de 300 pessoas. Quer dizer, nós estamos num esforço de participação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – As senhoras não podem se manifestar agora. Tiveram tempo, se inscreveram e falaram. Agora é hora de a Secretária responder, por favor. A senhora teve oportunidade e a senhora também. Agora é hora da Secretária, por favor.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – A representatividade eu acho que vocês têm mesmo que discutir com a Secretaria de Saúde. Há uma discussão de representatividade, há uma falha de representatividade, isso precisa ser discutido com a Secretaria de Saúde.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Isso, é essa a discussão.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Nós não vamos sair daqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Secretária Malde, a senhora continua, pode concluir sua palavra, por favor.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Além disso, outra discussão que precisa

ficar clara é a seguinte: o projeto colocado pelo Governo é um projeto com responsabilidade. Nós somos auditados, temos que seguir leis e somos responsabilizados pelo que nós fazemos. Além disso, os servidores públicos são julgados pela população, os nossos serviços são julgados pela população e o Governo é julgado no voto, então é isso que...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – É claro. O servidor e o serviço público são julgados pela população e o Governo, pelo voto.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Secretária, continue, por favor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu vou pedir para as senhores se retirarem, se continuarem tumultuando.

Secretária Malde.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – A discussão do projeto, como nós falamos, não... Há, sim, a garantia de que não haverá demissão de servidores. Não falamos sobre isso em nenhum momento. Se o projeto não deixou isso claro, é preciso que fique, mas há garantia de que não haverá demissão de pessoas.

Outra questão colocada aqui é a da falta de servidores em alguns locais. O projeto também prevê isso, quer dizer, as pessoas que estão saindo de algumas estruturas que estão sendo extintas estão sendo alocadas em outros locais que necessitam.

Coloco também a equipe à disposição do Vereador Donato para vir aqui e fazer uma discussão do impacto financeiro. Em vez de a gente mandar planilha, que parece que a planilha que está no processo não é suficiente, nós nos colocamos à disposição do Vereador Donato para fazer esse detalhamento.

Outra coisa: a Secretaria e o Governo estão à disposição para responder qualquer pergunta que vocês encaminharem para nós. Nós não recebemos demandas de informação. Podem nos encaminhar - isso é um processo público – e nós responderemos. Nós não temos

nenhuma dúvida e nenhum problema a respeito disso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Pode continuar, Secretária.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Eu acho que todas as questões nós fizemos e apresentamos aqui, essa apresentação tem os números. As discussões que nós fizemos na audiência passada e nesta audiência estão sendo discutidas com os vereadores para que seja montado um substitutivo, se assim for entendido.

E me coloco novamente à disposição, como Governo, para as respostas que vocês encaminharem, que nós não temos nenhuma dificuldade para colocar aqui. As perguntas genéricas ficam muito difíceis de a gente discutir. Falou-se aqui em terceirização, e, OS; o projeto não está tratando disso. Então, se vocês encaminharem para a Secretaria de Gestão as perguntas claras e objetivas, nós responderemos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Secretária Malde.

Por favor, Secretário George.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem, a Secretária...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O plenário se manifestou, agora é o Secretário que se manifesta. Por favor, Secretário.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem, creio que a Secretária Malde abordou os pontos principais, mas gostaria de fazer um registro importante.

Esse projeto de lei trata de uma reforma administrativa. Não há, no projeto de lei, qualquer dispositivo que induza ou pelo menos possa induzir que algum programa ou projeto atualmente em execução será extinto ou descontinuado. Muito pelo contrário, quando nós asseguramos que todos os servidores das entidades que estão sendo extintas vão ser remanejados, vão ser reaproveitados internamente, é porque nós pretendemos continuar com todos os programas e projetos atualmente executados.

Hoje vieram aqui os representantes da Escola Makiguti, que não participaram da primeira reunião. A Escola Makiguti é uma entidade extremamente importante para a cidade de São Paulo; são mais de dez mil capacitações, formações feitas desde sua criação. Aqui, coincidentemente, já tínhamos colocado na primeira apresentação e colocamos novamente, que a Escola Makiguti vai continuar existindo da forma como é hoje.

O projeto de lei trata de reforma administrativa dessas entidades. Todos os projetos e programas atualmente em execução continuarão sendo executados pelos servidores que vão ser migrados para essas entidades.

Com relação à SP Regula, quero deixar claro que a SP Regula não é uma entidade privada, é uma autarquia, ou seja, faz parte, é um órgão da administração indireta do Município. As pessoas que vão trabalhar na SP Regula não são empregadas privadas, vão ter de fazer concurso público, isso está claro. A SP Regula vai fiscalizar e regular os serviços concedidos para a iniciativa privada, e só quem pode fazer isso é um servidor público. Então a agência reguladora não é uma entidade privada, é uma autarquia e os cargos serão preenchidos mediante concurso público.

Foram alguns pontos levantados aqui e eu gostaria de deixar claro isso. Esse projeto de lei é uma reforma administrativa, nós não estamos suprimindo qualquer programa ou projeto em andamento no Município. É isso que está acontecendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Declaro realizada a audiência pública do Projeto de Lei 749/2019.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta audiência pública.

Obrigado.